

Q2

AGENTE DA POLÍCIA JUDICIAL

SIMULADOS

TRE + TSE

AMOSTRA GRATUITA

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!!](#)

APRESENTAÇÃO

Fala, Futuro(a) **Agente de Polícia Judicial do TRE**, tudo bem?

Seja bem-vindo ao nosso **SIMULADO GRATUITO** pós-edital focado na banca **CEBRASPE** para o concurso do **TSE UNIFICADO**. Esse simulado é uma pequena amostra em relação ao nosso pacote completo!

VEJA ABAIXO COMO FUNCIONA NOSSO PACOTE DE SIMULADOS:

No total serão **4 simulados** com questões de **ALTA RELEVÂNCIA** que poderão cair na sua prova. Os simulados vão envolver todas as matérias cobradas no **EDITAL** da banca **CEBRASPE**.

PONTOS IMPORTANTES DO PACOTE DE SIMULADOS:

- Cada simulado terá **120 questões** e o **comentário com gabarito** de cada questão fica disponível após finalizar o simulado!
- Os **4 simulados** serão Liberados de imediato!
- O acesso do pacote completo com **4 simulados** é enviado pelo **E-mail** através da nossa **plataforma eduzz!**

Bons estudos e aproveite bastante o seu material! **Temos certeza de que será uma ferramenta de grande efetividade!**

Vamos Quebrar tudo!

Equipe **Quebrando Questões**.

Português

01)

1 Uma noite destas, vindo da cidade para o Engenho
Novo, encontrei num trem da Central um rapaz aqui do bairro,
que eu conheço de vista e de chapéu. Cumprimentou-me,
4 sentou-se ao pé de mim, falou da lua e dos ministros, e acabou
recitando-me versos. A viagem era curta, e os versos pode ser
7 eu estava cansado, fechei os olhos três ou quatro vezes; tanto
bastou para que ele interrompesse a leitura e metesse os versos
no bolso.

- 10 — Continue, disse eu acordando.
— Já acabei, murmurou ele.
— São muito bonitos.

13 Vi-lhe fazer um gesto para tirá-los outra vez do bolso,
mas não passou do gesto; estava amuado. No dia seguinte
entrou a dizer de mim nomes feios, e acabou alcunhando-me
16 Dom Casmurro. Os vizinhos, que não gostam dos meus hábitos
reclusos e calados, deram curso à alcunha, que afinal pegou.
Nem por isso me zanguei. Conteí a anedota aos amigos da
19 cidade, e eles, por graça, chamam-me assim.

Machado de Assis. Dom Casmurro. Internet:
<www.dominiopublico.gov.br> (com adaptações).

Considerando os sentidos e os aspectos linguísticos do texto apresentado, julgue o próximo item.

Dados os sentidos do texto, o rapaz que recitou os versos também poderia receber a alcunha de Dom Casmurro, uma vez que, assim como o narrador, ele se mostrou irritado ao ter sido contrariado.

02) Considerando os sentidos e os aspectos linguísticos do texto apresentado, julgue o próximo item.

A vírgula empregada na linha 15 indica a existência de uma relação de oposição entre as ideias dos trechos “No dia seguinte entrou a dizer de mim nomes feios” (l.14 e 15) e “e acabou alcunhando-me Dom Casmurro” (l.15 e 16).

03) Considerando os sentidos e os aspectos linguísticos do texto apresentado, julgue o próximo item.

Sem prejuízo dos sentidos e da correção gramatical do texto, o trecho “Conteí a anedota aos amigos da cidade, e eles, por graça, chamam-me assim” (l. 18 e 19) poderia ser reescrito da seguinte forma: Conteí a anedota aos amigos da cidade, que, por graça, me chamam assim.

04) Considerando os sentidos e os aspectos linguísticos do texto apresentado, julgue o próximo item.

Inferre-se do texto que o narrador julgou ruins os versos de autoria do rapaz com quem se encontrou

dentro do trem, razão por que o narrador demonstrou enfado quando o rapaz os recitou.

05) Considerando os sentidos e os aspectos linguísticos do texto apresentado, julgue o próximo item.

No período em que se insere, a oração “estava amuado” (R.14) expressa uma conclusão, de modo que os sentidos originais do texto seriam mantidos se essa oração fosse reescrita da seguinte maneira: logo, estava amuado.

06)

1 O avião demorou a decolar, havia nevascas pela
Europa, fui parar em Copenhague, perdi a conexão em Paris,
me mandaram para Buenos Aires, mas gostei de chegar em
4 casa quase à meia-noite. O menino já estaria dormindo, e
mesmo a Vanda logo iria para a cama. Estaria bicando um
vinho, ou fechando as cortinas, ou tomando um banho, ou em
7 frente ao espelho, catando fios de cabelo branco, para mim era
importante pegá-la desprevenida, queria ver com que gênero de
surpresa me receberia. Girei a chave, na sala havia uma árvore
10 de Natal, a Vanda estava no quarto, do corredor ouvi sua voz.
Devo ter aberto a porta com muito ímpeto, pois a babá, que
estava sentada na ponta da cama, se levantou num pulo. Mas o
13 menino não se mexeu, continuou recostado na cabeceira com
os olhos fitos na televisão.

Chico Buarque. Budapeste. São Paulo: Companhia das Letras, 2003 (com adaptações). Julgue o item seguinte, relativo ao sentido e a aspectos linguísticos do texto precedente.

Na linha 4, o acento indicativo de crase em “à meia-noite” poderia ser suprimido, sem comprometimento da correção gramatical do texto, uma vez que é facultativo o uso de artigo definido feminino antes de termos que indicam horário, como “meia-noite”.

07) Julgue o item seguinte, relativo ao sentido e a aspectos linguísticos do texto precedente.

O texto é predominantemente narrativo, haja vista, entre outras características, o emprego de verbos no passado.

08) Julgue o item seguinte, relativo ao sentido e a aspectos linguísticos do texto precedente.

As vírgulas que isolam a oração “que estava sentada na ponta da cama” (l. 11 e 12) foram empregadas para dar ênfase às ideias do texto, por isso sua supressão não interferiria nos sentidos originais do trecho.

09) Julgue o item seguinte, relativo ao sentido e a aspectos linguísticos do texto precedente.

A correção do texto seria prejudicada caso o pronome “me”, empregado em “me mandaram para Buenos Aires” (l.3), fosse deslocado para imediatamente após a forma verbal “mandaram”, da seguinte forma: mandaram-me para Buenos Aires.

10) Julgue o item seguinte, relativo ao sentido e a aspectos linguísticos do texto precedente.

Sem alteração dos sentidos e da correção do texto, a forma verbal “havia” (l.1) poderia ser substituída por ocorriam.

11)

Texto CB1A1-II

1 Falar em desigualdade é falar também em pobreza. A
reprodução social das desigualdades contribui para o
aprofundamento das situações de pobreza, por isso uma
4 estratégia de enfrentamento deve considerar a conexão entre as
duas pautas.

É necessário compreender que a desigualdade se
7 expressa em diferentes dimensões na vida das pessoas e que
apenas uma minoria se beneficia com a acumulação de riqueza
e de poder. No caso do Brasil, há especificidades que devem
10 ser observadas. A história de colonização e de escravidão
deixou heranças ainda presentes, que resguardam a condição
desigual no acesso a bens, serviços e equipamentos públicos.

13 A desigualdade não é natural; ela é uma construção
social. Quando a desigualdade é naturalizada, ela passa a
instituir o poder da opressão social. Os mecanismos que
16 reproduzem as desigualdades devem ser revelados de forma
que se possibilite seu enfrentamento pela sociedade civil por
meio da cidadania ativa, buscando-se o aprofundamento da
19 democracia e a garantia da justiça de gênero, da igualdade
racial e dos direitos humanos.

Kátia Maia. Vamos falar sobre desigualdade?
Internet: <www.oxfam.org.br> (com adaptações).

A respeito dos aspectos linguísticos do texto CB1A1-II, julgue o item subsecutivo.

Os termos “de gênero” (l.19), “da igualdade racial” (l. 19 e 20) e “dos direitos humanos” (l.20) complementam a palavra “justiça” (l.19).

12) A respeito dos aspectos linguísticos do texto CB1A1-II, julgue o item subsecutivo.

A introdução de uma vírgula imediatamente após a palavra “revelados” (l.16) manteria a correção gramatical do texto.

13) A respeito dos aspectos linguísticos do texto CB1A1-II, julgue o item subsecutivo.

A substituição da forma verbal “compreender” (l. 6) por compreendermos prejudicaria a correção gramatical do texto, assim como alteraria os seus sentidos originais.

14) Acerca das ideias e dos sentidos do texto CB1A1-II, julgue o item a seguir.

Considerando que situações de pobreza são sensíveis ao grau de desigualdade de um país, a autora do texto argumenta que uma ação de enfrentamento da desigualdade conseqüentemente combate a pobreza.

15) Acerca das ideias e dos sentidos do texto CB1A1-II, julgue o item a seguir.

No texto, a palavra “minoria” (l.8) refere-se aos grupos sociais marginalizados, em situação de maior vulnerabilidade social, tal qual a população das periferias, por exemplo.

16) Acerca das ideias e dos sentidos do texto CB1A1-II, julgue o item a seguir.

A história do Brasil é marcada por fatos cujos efeitos na sociedade até hoje contribuem para a manutenção de desigualdades.

17)

Texto CB1A1-I

1 A impossibilidade de manter silêncio sobre um
assunto é uma observação que pode ser feita a respeito de
muitos casos de patente injustiça que nos enfurecem de um
4 modo até difícil de ser capturado por nossa linguagem. Ainda
assim, qualquer estudo sobre a injustiça também demanda uma
enunciação clara e uma análise arrazoada.

7 A necessidade de uma teoria da justiça está
relacionada com a disciplina de argumentar racionalmente
sobre um assunto. Afirma-se, às vezes, que a justiça não diz
10 respeito à argumentação racional. É fácil ficar tentado a pensar
nessa linha. Quando nos defrontamos, por exemplo, com uma
alastrada fome coletiva, parece natural protestar em vez de
13 raciocinar de forma elaborada sobre a justiça e a injustiça.
Contudo, uma calamidade seria um caso de injustiça apenas se
pudesse ter sido evitada, em especial se aqueles que poderiam
16 ter agido para tentar evitá-la tivessem deixado de fazê-lo. Entre
os requisitos de uma teoria da justiça inclui-se o de permitir
que a razão influencie o diagnóstico da justiça e da injustiça.

Amartya Sen. A ideia de justiça. Denise Bottmann e Ricardo D. Mendes
(Trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 2011 (com adaptações).

Julgue o próximo item, relativo aos sentidos e aos aspectos linguísticos do texto CB1A1-I.

A substituição de “relacionada com a disciplina” (l.8) por relacionada à disciplina, embora mantivesse o sentido do texto, prejudicaria sua correção gramatical.

18) Julgue o próximo item, relativo aos sentidos e aos aspectos linguísticos do texto CB1A1-I.

Na linha 9, caso a expressão “às vezes” fosse deslocada para imediatamente após “justiça”, feitos os devidos ajustes de pontuação, a correção gramatical seria mantida, mas o sentido original do texto seria alterado.

19)

(...)

- 1 Às vezes eu falo com a vida
- Às vezes é ela quem diz
- Qual a paz que eu não quero
- 4 Conservar para tentar ser feliz

As grades do condomínio
São para trazer proteção

- 7 Mas também trazem a dúvida
- Se é você que está nessa prisão
- Me abraçe e me dê um beijo
- 10 Faça um filho comigo
- Mas não me deixe sentar
- Na poltrona no dia de domingo.

(...)

O Rappa. *Minha Alma (A Paz Que Eu Não Quero)*. In: *Álbum Lado B Lado A*. Warner Music Group, 1999 (com adaptações).

Com relação aos sentidos e aos aspectos linguísticos do trecho da letra de música anteriormente apresentado, julgue o item que se segue.

Em “Mas não me deixe sentar” (v.11), a colocação do pronome “me” após a forma verbal “deixe” — deixe-me — prejudicaria a correção gramatical do trecho.

20) Com relação aos sentidos e aos aspectos linguísticos do trecho da letra de música anteriormente apresentado, julgue o item que se segue.

No verso “Às vezes é ela quem diz” (v.2), a supressão de “é” e “quem” prejudicaria a coerência do trecho.

21) Com relação aos sentidos e aos aspectos linguísticos do trecho da letra de música anteriormente apresentado, julgue o item que se segue.

No trecho apresentado, a associação de “As grades do condomínio” (v.5) com as palavras “proteção” (v.6) e “prisão” (v.8) remete a uma solução encontrada pelos cidadãos que, para se proteger da violência, se privam de sua liberdade, tornando-se prisioneiros em seus lares.

22)

- 1 O Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis (DAGV) da Polícia Civil de Sergipe atende a um público específico, que frequentemente se torna vítima
- 4 de diversos tipos de violência. Idosos, homossexuais, mulheres, crianças e adolescentes têm recebido atenção constante no DAGV, onde o atendimento ganha força e se
- 7 especializa diariamente.

- A unidade surgiu como delegacia especializada em setembro de 2004. Agentes e delegados de atendimento a
- 10 grupos vulneráveis realizam atendimento às vítimas, centralizam procedimentos relativos a crimes contra o público vulnerável registrados em outras delegacias, abrem
 - 13 inquéritos e termos circunstanciados e fazem investigações de queixas.

Internet: <www.ssp.se.gov.br> (com adaptações)

Com relação aos sentidos e a aspectos linguísticos do texto precedente, julgue o item que se segue.

Os termos “a crimes contra o público” (l. 11 e 12) e “de queixas” (l.14) complementam, respectivamente, os termos “relativos” e “investigações”.

23) Com relação aos sentidos e a aspectos linguísticos do texto precedente, julgue o item que se segue.

A correção gramatical e o sentido do texto seriam preservados se, no trecho “a um público específico” (l. 2 e 3), a preposição “a” fosse suprimida.

24) Com relação aos sentidos e a aspectos linguísticos do texto precedente, julgue o item que se segue.

De acordo com o segundo período do texto, o DAGV é um espaço destinado a alojar grupos vulneráveis, como idosos, homossexuais, mulheres, crianças e adolescentes, dando-lhes refúgio e proteção constante.

25) Com relação aos sentidos e a aspectos linguísticos do texto precedente, julgue o item que se segue.

Predomina no texto a tipologia narrativa, a qual é adequada ao propósito comunicativo de apresentar ao leitor um relato linear e objetivo da história do DAGV desde o seu surgimento até os dias atuais.

Direito Administrativo

26) Maria requereu a expedição de certidão em determinada autarquia federal, para defesa de direito de interesse pessoal. Passados mais de 15 dias da solicitação, Caio, servidor comissionado da referida autarquia e responsável pela emissão do citado documento, deixou de fazê-lo, o que gerou dano a Maria. Indignada, ela apresentou recurso ao chefe de Caio, formulou denúncia à corregedoria da autarquia e ajuizou ação pleiteando indenização, tendo demonstrado o prejuízo sofrido.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item a seguir.

Autarquia é entidade da administração pública indireta com personalidade jurídica de direito privado e que desempenha atividade típica de Estado.

27) **Julgue o item a seguir, relativo à administração pública e à gestão de projetos.**

As fundações constituem corporações que reúnem pessoas associadas em prol de uma finalidade específica.

28) **No que diz respeito à organização administrativa e à administração direta e indireta, julgue o item a seguir.**

Conforme a jurisprudência do STF, a OAB é uma entidade da administração indireta da União.

29) **Considerando a doutrina majoritária, julgue o próximo item, referente ao poder administrativo, à organização administrativa federal e aos princípios básicos da administração pública.**

Quando criadas como autarquias de regime especial, as agências reguladoras integram a administração direta.

30) **No que diz respeito aos bens, aos serviços e às obras municipais, bem como ao poder de polícia dos municípios, julgue o item subsequente.**

O exercício do poder de polícia pode tanto restringir a fruição de direitos individuais quanto tutelar direitos difusos da coletividade, inclusive de forma preventiva, como nos casos de atuação daquele poder no processo de licenciamento e na proteção urbana.

31) **Acerca do poder de polícia e dos agentes públicos, julgue o item que se segue.**

O poder de polícia constitui uma atividade estatal ampliada da esfera de interesses do particular,

sendo prestado pela administração pública por meio do oferecimento de vantagens diretas aos indivíduos e às coletividades.

32) **Em relação à extinção dos atos administrativos, ao poder regulamentar da administração pública e às empresas públicas, julgue o item a seguir.**

O exercício do poder regulamentar pelo chefe do Poder Executivo não é indispensável para o cumprimento de todas as leis.

33) **Julgue o seguinte item, a respeito do ato administrativo.**

Uma das formas de extinção do ato administrativo é a retirada do ato administrativo, que pode ocorrer por sua invalidação decorrente de ilegalidade.

34) **No que diz respeito à extinção dos atos administrativos e aos poderes da administração pública, julgue o item que se segue.**

Os efeitos da anulação de um ato administrativo, como regra, retroagem ao momento do surgimento do ato.

35) **Carlos, servidor público federal com cargo efetivo, praticou ato administrativo que causou dano a terceiro. A sindicância que foi aberta concluiu que o ato praticado por ele não está incluso nas atribuições legais de seu cargo. O terceiro prejudicado ajuizou ação de responsabilidade civil contra a União solicitando indenização. Carlos alegou inocência, pois o ato que decidiu a sindicância apenas declarou concordância com os fundamentos do parecer da assessoria jurídica do órgão.**

A partir dessa situação hipotética, julgue o item a seguir.

O ato praticado por Carlos não atende ao requisito competência do ato administrativo.

36) **Considerando os princípios do direito administrativo e os atos administrativos, julgue o item a seguir.**

Suponha-se que determinado órgão da administração pública tenha publicado a portaria administrativa Y para regular determinado procedimento interno, e revogado a portaria anterior, X, que tratava do mesmo assunto. Nessa hipótese, se a portaria Y for revogada por uma terceira, Z, a portaria X automaticamente passará a vigorar novamente.

37) Julgue o próximo item, a respeito de fiscalização de contrato de obra de construção rodoviária, incluindo o projeto elaborado e apresentado pela empresa contratada.

O contrato de uma obra de construção rodoviária pode ser alterado qualitativamente e quantitativamente pela administração, de forma unilateral, desde que as alterações não venham a transfigurar o objeto da contratação, sendo de até 25% o limite para acréscimos ou supressões.

38) Determinada prefeitura contratou uma empresa para a construção de uma passarela para pedestres por meio de licitação, no regime de contratação semi-integrada, regida pela Lei n.º 14.133/2021.

A respeito dessa situação hipotética, da legislação aplicável aos contratos administrativos e da atuação da fiscalização em obras públicas, julgue o item que se segue.

Na contratação semi-integrada em apreço, tanto o projeto básico quanto o executivo devem ser fornecidos pela prefeitura, ficando a empresa contratada responsável pela execução das obras, por preço certo e total definido no contrato.

39) Julgue o item a seguir, com base na Lei n.º 14.133/2021.

No caso de contratação de baixa complexidade realizada por município, poderá ser dispensada a análise jurídica caso haja autorização da autoridade jurídica máxima competente e sejam utilizadas minutas de editais e instrumentos de contrato previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico.

40) Julgue o item subsecutivo, a respeito de compras nas organizações públicas.

É vedado à administração pública realizar licitação restrita a fornecedores cadastrados.

41) A respeito de agentes públicos e poderes administrativos, julgue o item a seguir de acordo com as disposições da Constituição Federal de 1988 (CF) e com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

Os poderes administrativos outorgados aos agentes públicos são irrenunciáveis.

42) Carlos, servidor público federal com cargo efetivo, praticou ato administrativo que causou dano a terceiro. A sindicância que foi aberta concluiu que o ato praticado por ele não está incluso nas atribuições legais de seu cargo. O terceiro prejudicado ajuizou ação de

responsabilidade civil contra a União solicitando indenização. Carlos alegou inocência, pois o ato que decidiu a sindicância apenas declarou concordância com os fundamentos do parecer da assessoria jurídica do órgão.

A partir dessa situação hipotética, julgue o item a seguir.

Servidor público com cargo efetivo é aquele que possui cargo de livre nomeação e exoneração.

43) No que se refere a ato administrativo e agentes públicos, julgue o item que se segue.

Servidor público cujo vínculo com a administração pública ocorre mediante contrato temporário não tem direito à estabilidade funcional.

44) A respeito de Estado, governo e administração pública, da organização administrativa do Estado e dos agentes públicos, julgue o item subsequente.

Toda pessoa física que prestar serviço ao Estado, ainda que temporariamente, é considerada agente público.

45) No que se refere aos controles interno e externo, julgue o item que se segue.

Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário devem manter, de forma integrada, um sistema de controle interno para, entre outras finalidades, avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual e a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.

46) Acerca do controle parlamentar, julgue o item a seguir.

O controle parlamentar é exercido apenas de forma direta, pelo Poder Legislativo, observada a legalidade dos atos emanados do Poder Executivo.

47) Acerca do controle parlamentar da administração pública, julgue o item seguinte.

Constitui hipótese de controle parlamentar o encaminhamento de pedidos escritos de informação, pelas mesas da Câmara dos Deputados e do Senado, dirigidos aos ministros de Estado.

48) Julgue o item a seguir, acerca da responsabilidade civil do Estado.

A responsabilidade civil do Estado consiste na sua obrigação de reparar economicamente os danos que causar a terceiros no âmbito patrimonial ou moral.

49) Julgue o item a seguir, considerando as disposições doutrinárias acerca do direito administrativo e as previsões em vigor da Lei federal n.º 14.133/2021, da Lei estadual n.º 6.745/1985 (Estatuto dos Servidores do Estado de Santa Catarina) e da Lei Complementar estadual n.º 255/2004.

A culpa concorrente é uma das hipóteses em que fica completamente excluída a responsabilidade civil do Estado.

50) Acerca da responsabilidade civil do Estado, julgue o item que se segue.

Conforme a teoria do risco administrativo, uma empresa estatal dotada de personalidade jurídica de direito privado que exerça atividade econômica responderá objetivamente pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, resguardado o direito de regresso contra o causador do dano.

Segurança Judiciária

51) Procurador-geral do Ministério Público de certo estado tem recebido, recentemente, ameaças de morte de uma facção criminosa. Por motivos de agenda relevante, o procurador-geral deve comparecer a um enterro de pessoa pública e notória, amplamente divulgado pela mídia.

Tendo em vista essa situação hipotética, julgue o item seguinte, relativos à segurança de dignitários.

O agente de segurança denominado mosca, deverá ser posicionado o mais distante possível do dignitário, de modo a dissuadir qualquer movimento atentatório.

52) A análise de risco visa detectar todos os incidentes ao qual o dignitário, sua família e empresa estão expostos.

Para cada risco existente haverá duas linhas táticas: a ofensiva e a corretiva.

53) Acerca de escoltas a pé e motorizadas designadas para a proteção de dignitários, julgue o item a seguir.

Em deslocamentos com dois veículos, em contextos de risco baixo, o veículo da segurança segue à frente do veículo da autoridade.

54) Julgue o item a seguir:

O processo de seleção e implementação de medidas para modificar um risco é uma atividade da gestão de riscos denominada análise de riscos.

55) Com relação ao Planejamento de Contingências, julgue o item a seguir.

O Planejamento de Contingências estabelece políticas de manejo estritamente operacionais, as quais são executadas para garantir a continuidade dos processos da empresa após ocorridas as emergências, a fim de que seja retomada a normalidade.

56) Julgue o item a seguir.

O planejamento estratégico ou institucional é genérico, isto é, abrange a organização como um todo, não abordando detalhes específicos de cada departamento ou divisão, sendo direcionado para o longo prazo.

57) Julgue o item a seguir sobre conceitos de sensibilidade e periculosidade.

Materiais e equipamentos que possuem alto valor estratégico para a continuidade das atividades institucionais, como servidores de rede e cabines de energia, são classificados como sensíveis em nível de segurança física e patrimonial.

58) Acerca da segurança física e patrimonial de instalações, julgue os itens que se seguem.

Na segurança tridimensional, a segurança estratégica, também conhecida como segurança física, serve para proteger o patrimônio invisível da empresa, ou seja, seus negócios.

59) A respeito de defesa pessoal, julgue os itens seguintes.

Os agentes de segurança devem ter uma postura preventiva, profissional e agir conforme procedimentos operacionais definidos, pois uma boa postura é fator inibidor e, frequentemente, a simples presença do agente evita que a segurança seja comprometida.

60) Julgue o item a seguir.

Quando o agente de segurança sabe executar os rolamentos e as quedas, ele pode diminuir o impacto do corpo contra o solo em situações operacionais em que possa sofrer algum tipo de queda, minimizando, assim, lesões causadas por tais quedas.

61) Com base na Lei n.º 9.883/1999, que instituiu o Sistema Brasileiro de Inteligência (SBI), julgue o item a seguir.

O controle e a fiscalização internos e externos da atividade de inteligência, outrora atribuições do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), atualmente são realizados pela Casa Civil da Presidência da República.

62) A respeito do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) e do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (SISP), julgue o item subsequente.

Um dos princípios diretores da atividade de inteligência de segurança pública é a interação, que consiste em desenvolver ações e apresentar resultados em prazo apropriado à sua utilização.

63) Julgue os seguintes itens, relativos à legislação de interesse da atividade de inteligência.

Consideram-se conhecimentos sensíveis, cujo planejamento e execução compete à ABIN, aqueles relacionados a dados ilícitos e sigilosos, para fins de assessoramento ao presidente da República.

64) Acerca da temática “Organização do Posto de Comando”, julgue o item a seguir.

Uma de suas principais funções se constitui no processamento, análise e difusão das informações coletadas.

65) Em relação a sistemas de detecção e alarme de incêndios e a equipamentos para o combate de incêndios, julgue o item subsequente.

A adaptação de estruturas antigas para a instalação de sistemas modernos de detecção de incêndios pode representar um desafio, uma vez que edifícios antigos frequentemente têm espaços reduzidos para acomodar painéis de controle, baterias e outros equipamentos, o que limita os projetos a sistemas de detecção sem acoplamento de sistemas fixos de combate.

66) Acerca de prevenção e combate a incêndios, julgue o item que se segue.

Os extintores à base de CO₂ são adequados para extinguir incêndios em materiais sólidos, como madeira e papel, e os causados por líquidos inflamáveis e equipamentos elétricos.

67) Acerca do suporte básico à vida, julgue o item a seguir.

No suporte básico de vida do adulto, os aspectos principais a serem observados nas compressões torácicas são frequência, profundidade, retorno do tórax a cada compressão e interrupção mínima, isto é, devem-se minimizar as interrupções das compressões, com pausa por, no máximo, dez segundos para realização de duas ventilações, revezando-se os socorristas a cada dois minutos, para evitar cansaço e compressões de má qualidade.

68) Em relação às lesões traumáticas, julgue o item a seguir.

A principal causa de hemorragia externa é a hipertensão arterial.

69) Acerca de segurança da informação, julgue o item a seguir.

Autenticidade é um princípio que visa garantir que o autor não negue ter criado e assinado determinada informação, a qual pode estar materializada em uma mensagem ou em um documento.

70) Acerca de conceitos e princípios relacionados com confidencialidade e integridade, julgue o item que se segue.

O princípio da integridade visa garantir que os dados sejam precisos e confiáveis e que não tenham sido modificados incorretamente, seja de forma acidental ou maliciosa.

71) Julgue o próximo item, a respeito de ataques, malwares, criptografia e certificação digital.

O vírus de computador e o worm estão entre os principais tipos de malware capazes de infectar outras máquinas por meio da execução ou anexação em outros artefatos digitais, ou envio de cópias de si mesmo pelas redes de computadores.

72) Em relação ao processo penal e ao disposto na Lei n.º 9.099/1995, julgue o item subsequente.

Caso o autor do fato que tenha aceitado a proposta de transação penal prevista na Lei n.º 9.099/1995 descumpra as condições, os autos deverão ser conclusos ao juiz para sentença definitiva.

73) Com base na Lei n.º 13.869/2019, que dispõe sobre o abuso de autoridade, julgue o item a seguir.

Em razão de sua imunidade parlamentar, os membros do Poder Legislativo não podem ser sujeitos ativos de crimes de abuso de autoridade, salvo se investidos em funções das respectivas mesas diretoras.

74) Sobre as disposições contidas na Lei 7.716/89, julgue o próximo item.

Os crimes previstos na Lei nº 7.716/1989, quando praticados por servidores públicos, poderão ter suas penas aumentadas de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços).

75) Sobre as disposições contidas na Lei 7.716/89, julgue o próximo item.

Há previsão de modalidade qualificada de racismo, caso seja cometido no contexto de atividades esportivas, religiosas, artísticas ou culturais destinadas ao público.

76) À luz do Estatuto do Desarmamento, julgue o próximo item.

Somente possui relevância jurídica a arma de fogo de produção industrial, excluindo-se, portanto, as fabricadas artesanalmente.

77) Julgue o próximo item, pertinente à ao Estatuto do Desarmamento — Lei n.º 10.826/2003.

Não afasta a tipicidade da conduta criminoso o fato de a arma de fogo apreendida ter sido declarada absolutamente ineficaz por meio de perícia realizada no curso da ação penal.

78) Com base na Resolução Conjunta nº 4, de 28 de fevereiro de 2014, julgue o próximo item.

A guarda e manutenção das armas de fogo institucionais, da munição e dos acessórios são de responsabilidade do próprio servidor designado para o porte da arma, que deve assegurar o controle rigoroso de utilização.

79) No que se refere aos juizados especiais cíveis e de fazenda pública, julgue o item seguinte.

Nos juizados especiais de fazenda pública, a assistência de advogado é obrigatória, independentemente do valor da causa, mas o mandato pode ser verbal.

80) Julgue o item a seguir.

O atendimento prioritário a determinadas categorias de consumidores é objeto de regulamentação pela Lei Federal no 10.048, de 8 de novembro de 2000, que assim disciplina as pessoas com deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos e os obesos gozarão de atendimento prioritário.

Direitos Humanos

81) Julgue os próximo item, relativos a conceitos, terminologias e afirmação histórica dos direitos humanos.

O Código de Hamurabi pode ser considerado um dos primeiros documentos históricos importantes para o estudo dos direitos humanos, porque, ainda que em um contexto diferente do atual, reconhecia a dignidade, a propriedade e outros direitos fundamentais do homem, além de defender a supremacia das leis em relação aos governantes.

82) Acerca de direitos humanos, direitos de minorias e movimentos sociais urbanos, julgue o item seguinte.

Conceitualmente, os direitos humanos são os direitos protegidos pela ordem internacional contra as violações e arbitrariedades que um Estado possa cometer às pessoas sujeitas à sua jurisdição. Por sua vez, os direitos fundamentais são afetos à proteção interna dos direitos dos cidadãos, os quais encontram-se positivados nos textos constitucionais contemporâneos.

83) Com relação aos direitos humanos e aos direitos fundamentais, julgue o item a seguir.

A CF contém previsão do princípio da não exaustividade dos direitos fundamentais, na medida em que dispõe que os direitos nela estabelecidos não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, tampouco outros previstos em tratados internacionais dos quais o Brasil seja parte.

84) Com fundamento nas teorias sobre direitos humanos e na Declaração Universal dos Direitos Humanos, julgue o item que se segue.

Os direitos humanos visam garantir que todas as pessoas sejam sujeitos de direitos em qualquer lugar onde estiverem, o que, todavia, não significa a existência de uma cidadania global no mundo contemporâneo.

85) Julgue o item abaixo:

O Estado não pode eximir-se de sua responsabilidade internacional pela violação de obrigações específicas relacionadas com a proteção do direito à vida e à integridade pessoal por motivos de ordem interna, como a forma federativa do Estado e a consequente divisão de competências materiais e legislativas próprias à União e aos Estados-Membros.

86) Julgue o item a seguir.

Em relação ao texto expresso da Constituição da República Federativa do Brasil, a dignidade da pessoa humana consiste em direito individual e coletivo.

87) Quanto ao tratamento que o permissivo constitucional brasileiro consagra a direitos e a garantias fundamentais, julgue os itens subsequentes.

O art. 5.º da CF concentra esses direitos e essas garantias. Além disso, a CF conforma norma modelar, que inclui um rol de direitos objetivamente previstos, como o reconhecimento da concessão de asilo a estrangeiros acusados da prática de crimes políticos.

88) A respeito das garantias e dos direitos constitucionalmente previstos, julgue o item a seguir.

Quanto à geração ou à dimensão dos direitos fundamentais, os direitos sociais são considerados de quarta geração ou dimensão.

89) No que diz respeito aos direitos humanos e à participação social, julgue o item a seguir.

A elaboração de relatório anual sobre a situação dos direitos humanos no Brasil, em diálogo participativo com a sociedade civil, é uma ação programática prevista na diretriz do PNDH-3 denominada integração e ampliação dos sistemas de informação em direitos humanos e construção de mecanismos de avaliação e monitoramento de sua efetivação.

90) O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) estabeleceu, em 2010, diretrizes, objetivos estratégicos e ações programáticas a serem trilhados nos próximos anos. A respeito desse assunto, julgue o item que se segue.

O PNDH-3 recomenda adequar os serviços de acolhimento aos parâmetros aprovados pelo CONANDA e pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), de modo a eliminar a longa permanência de crianças e adolescentes em situações de abrigo.

91) No que concerne à violência doméstica e familiar contra a mulher, aos crimes contra a pessoa com deficiência e contra a pessoa idosa e à proteção intelectual ao programa de computação, julgue o item a seguir, com base na legislação específica e na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

O cuidador de um idoso que o abandonar em um shopping center cometerá crime de abandono de

pessoa com deficiência estando sujeito à pena de detenção.

92) Com relação ao que dispõe o Estatuto do Idoso, julgue o item que se segue.

O profissional de saúde só deve fazer notificação compulsória de violência praticada contra idoso se tiver certeza de que se trata de caso confirmado de violação ao Estatuto do Idoso.

93) Em relação aos direitos humanos na CF e à Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH), também conhecida como Pacto de São José da Costa Rica, julgue o item que se segue.

Segundo os direitos expressamente previstos no Pacto de São José da Costa Rica, a confissão de pessoa acusada de delito só é válida se feita sem coação.

94) Julgue os itens que se seguem acerca da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica).

A referida convenção estabelece que somente o casamento, ou a união estável, é o núcleo natural e fundamental da sociedade e deve ser protegido pela sociedade e pelo Estado.

95) À luz da Convenção Americana dos Direitos Humanos, julgue o item a seguir.

O direito de recorrer de sentença criminal a juiz ou tribunal superior tem como exceção os casos de competência originária da Suprema Corte de um Estado, pela impossibilidade prática inerente.

Direito Penal e Processual Penal

96) Julgue o seguinte item, referentes à aplicação da lei penal.

Aplica-se o princípio da extraterritorialidade aos crimes praticados em aeronaves e embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar.

97) Quanto aos crimes contra o patrimônio, julgue o item a seguir.

Não incide o princípio da insignificância na tipicidade material do delito de furto qualificado por escalada, como, por exemplo, na hipótese de um agente pular um muro de dois metros de altura e então subtrair um carregador de celular.

98) No que diz respeito à aplicação do Direito Penal, julgue o item a seguir.

O dia da prisão do indiciado não é computado para o cálculo da pena, uma vez que as frações de dia devem ser desprezadas.

99) Em relação a aspectos do direito penal, julgue o item que se segue.

No Código Penal, adota-se o critério biopsicológico no tocante aos menores de 18 anos de idade.

100) Considerando que um cidadão penalmente imputável tenha praticado um crime sob coação irresistível de terceiro, julgue o item subsequente, à luz do entendimento doutrinário quanto ao fato típico e seus elementos, à culpabilidade e suas respectivas causas excludentes.

Caso se trate de coação irresistível tanto moral quanto física, excluir-se-ão a ilicitude da conduta do cidadão coagido e a sua culpabilidade.

101) Alberto, com mais de dezoito anos de idade, praticou crime de lesão corporal de natureza grave contra Bruno, seu inimigo. Alberto foi processado criminalmente, tendo sido comprovado que, ao tempo da conduta criminosa, ele era pessoa com doença mental, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, o que determinou a sua absolvição.

Considerando a situação hipotética apresentada, julgue os itens subsequentes.

Para a absolvição de Alberto bastaria a este ser, ao tempo do processo, inteiramente incapaz de

compreender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

102) No tocante à disciplina do direito penal, julgue o item a seguir.

Incidindo o agente em erro sobre a proibição de sua conduta pelo ordenamento jurídico, sem consciência da ilicitude, seu comportamento estará isento de pena, em razão de uma excludente de punibilidade.

103) Com referência aos crimes contra a vida, sabe-se que alguns são tipificações do descrito como homicídio, no artigo 121 do Código Penal, e que outros estão descritos em artigos próprios, também nesse ordenamento jurídico. Com base no conhecimento da legislação, julgue o item a seguir.

O crime de aborto qualificado prevê o aumento da pena em caso de lesão corporal grave ou morte da mãe em consequências de aborto.

104) À luz da legislação penal e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, julgue o item que se segue.

Suponha-se que, na ocasião de ato ilícito consistente na subtração de bem alheio, a vítima, portadora de doença cardíaca, tenha falecido devido ao estresse desencadeado pela violência empregada pelo agente do crime. Nessa situação, ainda que a doença cardíaca da vítima configure concausa preexistente relativamente independente, não se afasta o nexo de causalidade em relação ao resultado mais grave (morte), e o agente do crime deverá responder por latrocínio.

105) Acerca dos crimes patrimoniais, julgue o item seguinte.

Não há crime de latrocínio quando a vítima reage ao roubo e mata um dos comparsas do crime.

106) Acerca dos crimes contra a fé pública, julgue o item a seguir.

Pratica o crime de moeda falsa aquele que, grosseiramente, falsifica papel-moeda em curso legal no país e com ele efetua compras no comércio, obtendo vantagem indevida em prejuízo de terceiros.

107) Com relação aos crimes contra a fé pública, julgue o item que se seguem.

O crime de moeda falsa é incompatível com o instituto do arrependimento posterior.

108) Em relação à aplicação da lei penal, ao tempo e lugar do crime, aos crimes contra o patrimônio e aos crimes contra a administração pública, julgue o item seguinte.

Um agente público estadual que, no exercício de suas funções e em razão delas, exige vantagem de um particular, visando beneficiar outra pessoa, pratica o crime de corrupção passiva.

109) Considerando os crimes contra a administração pública, julgue o item subsequente.

O crime de condescendência criminosa é classificado como omissivo próprio, unissubsistente, portanto não se admite modalidade culposa nem tentativa para esse crime.

110) No que se refere aos crimes contra a administração pública, julgue o próximo item.

O crime de facilitação de contrabando e descaminho se consuma com a efetiva facilitação, não sendo necessária a consumação do contrabando ou descaminho.

111) Delegacia de polícia do município X recebeu denúncia anônima de possível desvio de verbas públicas por servidores públicos municipais que estariam envolvidos em esquema de corrupção para desviar, para benefício pessoal, fundos destinados a projetos de infraestrutura.

A partir dessa situação hipotética, julgue o item que se segue.

No curso do inquérito policial, os indiciados poderão requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade.

112) Com relação ao processo penal brasileiro, julgue o item seguinte.

No inquérito policial, a autoridade policial tem discricionariedade para aplicar as diligências que entender necessárias ao caso concreto, não se vinculando ao pedido das partes.

113) Acerca do inquérito policial, julgue o item subsequente.

O inquérito policial pode ser dispensado com base em elementos colhidos em inquérito civil instaurado para apurar ilícitos administrativos.

114) Com a prisão em flagrante do autuado, foi instaurado inquérito pela Polícia Civil do Estado do Ceará para investigar crime de ação penal pública previsto no Código Penal e punido com pena de reclusão. A vítima reconheceu o preso, e este permaneceu calado. Concluídas as diligências, o delegado elaborou o relatório final.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item a seguir.

Com o autuado preso, o inquérito policial deve ser concluído no prazo de quinze dias, prorrogáveis por igual período em caso de necessidade devidamente justificada.

115) Ainda acerca do processo penal brasileiro, julgue o item que se segue.

Sempre serão declaradas nulas as provas derivadas das ilícitas, em razão de preceito constitucional.

116) Em relação ao processo penal e ao que dispõe o Código de Processo Penal, julgue o item a seguir.

A vítima que, intimada para ser ouvida, deixar de comparecer sem motivo justo, não poderá ser conduzida compulsoriamente à presença do juiz.

117) Com base nas disposições do Código de Processo Penal (CPP) acerca de provas, julgue o seguinte item.

Durante a instrução processual, é admissível que o juiz, de ofício, determine a realização de diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante da causa.

118) No que se refere a noções de segurança pública, julgue o item a seguir.

Qualquer do povo pode prender uma pessoa que esteja cometendo um assalto e em flagrante delito.

119) Acerca das prisões do direito processual penal brasileiro, julgue o item que se segue.

Decorrido o prazo do mandado de prisão temporária sem renovação, a autoridade responsável pela custódia deverá, independentemente de alvará de soltura, colocar imediatamente o preso em liberdade.

120) Em relação a prisões, medidas cautelares e habeas corpus, julgue o item a seguir.

A liberdade provisória com fiança não é admitida nos crimes dolosos punidos com pena máxima privativa de liberdade superior a quatro anos.

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!!](#)

Comentários e Gabaritos

Português

01)

1 Uma noite destas, vindo da cidade para o Engenho
Novo, encontrei num trem da Central um rapaz aqui do bairro,
que eu conheço de vista e de chapéu. Cumprimentou-me,
4 sentou-se ao pé de mim, falou da lua e dos ministros, e acabou
recitando-me versos. A viagem era curta, e os versos pode ser
que não fossem inteiramente maus. Sucedeu, porém, que, como
7 eu estava cansado, fechei os olhos três ou quatro vezes; tanto
bastou para que ele interrompesse a leitura e metesse os versos
no bolso.
10 — Continue, disse eu acordando.
— Já acabei, murmurou ele.
— São muito bonitos.
13 Vi-lhe fazer um gesto para tirá-los outra vez do bolso,
mas não passou do gesto; estava amuado. No dia seguinte
entrou a dizer de mim nomes feios, e acabou alcunhando-me
16 Dom Casmurro. Os vizinhos, que não gostam dos meus hábitos
reclusos e calados, deram curso à alcunha, que afinal pegou.
Nem por isso me zanguei. Contei a anedota aos amigos da
19 cidade, e eles, por graça, chamam-me assim.

Machado de Assis. Dom Casmurro. Internet: <www.dominiopublico.gov.br> (com adaptações).

Considerando os sentidos e os aspectos linguísticos do texto apresentado, julgue o próximo item.

Dados os sentidos do texto, o rapaz que recitou os versos também poderia receber a alcunha de Dom Casmurro, uma vez que, assim como o narrador, ele se mostrou irritado ao ter sido contrariado.

Comentário:

“Os vizinhos que não gostam dos meus hábitos reclusos e calados, deram curso à alcunha...”

A atribuição da alcunha "Dom Casmurro" ao narrador é explicada no texto em função de sua passividade e comportamento recluso, e não devido a qualquer manifestação de irritação. O narrador recebeu esse apelido de seus vizinhos por causa dos seus hábitos reclusos e calados, especialmente quando ele simplesmente fechou os olhos durante a recitação dos versos do rapaz e não reagiu com irritação, mas sim com um comportamento cansado e desinteressado.

Gabarito: Errado.

02) Considerando os sentidos e os aspectos linguísticos do texto apresentado, julgue o próximo item.

A vírgula empregada na linha 15 indica a existência de uma relação de oposição entre as ideias dos trechos “No dia seguinte entrou a dizer de mim nomes feios” (l.14 e 15) e “e acabou alcunhando-me Dom Casmurro” (l.15 e 16).

Comentário:

“No dia seguinte entrou a dizer de mim nomes feios, e acabou alcunhando-me Dom Casmurro.”

A ideia de oposição nos leva para a coordenação, visto que a conjunção “E” é uma conjunção de coordenação.

Uma conjunção coordenativa com ideia de oposição é uma conjunção adversativa (mas, porém, contudo, entretanto, todavia).

No trecho citado, não há uma relação de oposição, mas sim uma relação de conclusão (por isso, portanto...).

Gabarito: Errado.

03) Considerando os sentidos e os aspectos linguísticos do texto apresentado, julgue o próximo item.

Sem prejuízo dos sentidos e da correção gramatical do texto, o trecho “Contei a anedota aos amigos da cidade, e eles, por graça, chamam-me assim” (l. 18 e 19) poderia ser reescrito da seguinte forma: Contei a anedota aos amigos da cidade, que, por graça, me chamam assim.

Comentário:

Trecho original:

“Contei a anedota aos amigos da cidade, **e** eles, por graça, **chamam-me** assim”

“**E**”: conjunção de coordenação

“amigos da cidade” foi substituído pelo pronome reto “eles”

Reescrita proposta:

“Contei a anedota aos amigos da cidade, **que**, por graça, **me chamam** assim”

“**QUE**”: pronome relativo

“amigos da cidade” foi substituído pelo pronome relativo “que”

Pode ser substituído o pronome reto pelo pronome relativo para evitar a repetição de um termo da relação anterior.

A oração coordenada não é um fator de próclise, já as subordinadas são.

Gabarito: Correto.

04) Considerando os sentidos e os aspectos linguísticos do texto apresentado, julgue o próximo item.

Infere-se do texto que o narrador julgou ruins os versos de autoria do rapaz com quem se encontrou dentro do trem, razão por que o narrador demonstrou enfado quando o rapaz os recitou.

Comentário:

Ao analisar os trechos selecionados do texto, percebe-se que a avaliação do narrador sobre os versos do rapaz não é totalmente negativa. A frase "os versos pode ser que NÃO fossem inteiramente maus" sugere que os versos tinham algum valor e não eram totalmente desprovidos de qualidade. Essa expressão indica uma opinião moderada, onde o narrador admite a possibilidade de que os versos não eram completamente ruins.

Além disso, o narrador menciona que fechou os olhos várias vezes devido ao cansaço, e não como uma reação direta à qualidade dos versos. A repetida ação de fechar os olhos é atribuída ao seu estado de exaustão, conforme ele mesmo explica: "como eu estava cansado, fechei os olhos três ou quatro vezes". Isso demonstra que o enfado do narrador não foi uma resposta aos versos, mas sim ao seu próprio cansaço.

Gabarito: Errado.

05) Considerando os sentidos e os aspectos linguísticos do texto apresentado, julgue o próximo item.

No período em que se insere, a oração “estava amuado” (R.14) expressa uma conclusão, de modo que os sentidos originais do texto seriam mantidos se essa oração fosse reescrita da seguinte maneira: logo, estava amuado.

Comentário:

Trecho original: (explicação)

“Vi-lhe fazer um gesto para tirá-los outra vez do bolso, mas não passou do gesto; **estava amuado.**”

Reescrita proposta: (conclusão)

“Vi-lhe fazer um gesto para tirá-los outra vez do bolso, mas não passou do gesto; **logo, estava amuado.**”

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!!](#)

No contexto do texto apresentado, a oração “estava amuado” (R.14) não expressa uma conclusão, mas sim uma **explicação**. O trecho original fornece a razão pela qual o rapaz não completou a ação de tirar os versos do bolso: ele estava amuado. Essa construção estabelece uma relação de causa e efeito, onde o estado emocional do rapaz (estar amuado) explica por que ele interrompeu o gesto.

Se a frase fosse reescrita utilizando "logo, estava amuado", isso mudaria o sentido original, transformando a explicação em uma **conclusão**. A palavra "logo" implica que a amuação é uma consequência da inação, o que não corresponde à intenção do autor no texto. A estrutura original visa explicar a causa do comportamento do rapaz, e não apresentar a amuação como uma dedução lógica resultante de sua inação.

Gabarito: Errado.

06)

1 O avião demorou a decolar, havia nevascas pela
Europa, fui parar em Copenhague, perdi a conexão em Paris,
me mandaram para Buenos Aires, mas gostei de chegar em
4 casa quase à meia-noite. O menino já estaria dormindo, e
mesmo a Vanda logo iria para a cama. Estaria bicando um
vinho, ou fechando as cortinas, ou tomando um banho, ou em
7 frente ao espelho, catando fios de cabelo branco, para mim era
importante pegá-la desprevenida, queria ver com que gênero de
surpresa me receberia. Girei a chave, na sala havia uma árvore
10 de Natal, a Vanda estava no quarto, do corredor ouvi sua voz.
Devo ter aberto a porta com muito ímpeto, pois a babá, que
estava sentada na ponta da cama, se levantou num pulo. Mas o
13 menino não se mexeu, continuou recostado na cabeceira com
os olhos fitos na televisão.

**Chico Buarque. Budapeste. São Paulo: Companhia das Letras, 2003 (com adaptações).
Julgue o item seguinte, relativo ao sentido e a aspectos linguísticos do texto precedente.**

Na linha 4, o acento indicativo de crase em “à meia-noite” poderia ser suprimido, sem comprometimento da correção gramatical do texto, uma vez que é facultativo o uso de artigo definido feminino antes de termos que indicam horário, como “meia-noite”.

Comentário:

“(...) mas gostei de chegar em casa quase à meia-noite.”

Não existe crase facultativa antes de horário

A crase será **facultativa** quando

A preposição “a” vier depois da preposição “até”
Ex.: Yuri irá até a classe de José. Ex.: Yuri irá até à classe de José.
O artigo definido “a” vier antes do pronome possessivo adjetivo feminino
Ex.: José refere-se a sua causa. (Facultativa) Ex.: José refere-se à sua causa. (Facultativa)
O nome próprio de pessoa feminina e o verbo pedir preposição “a”
Ex.: José responde à Maria. Ex.: José responde a Maria.

Gabarito: Errado.

07) Julgue o item seguinte, relativo ao sentido e a aspectos linguísticos do texto precedente.

O texto é predominantemente narrativo, haja vista, entre outras características, o emprego de verbos no passado.

Comentário:

O texto fornecido é de natureza predominantemente narrativa. Esta conclusão pode ser tirada pela presença de características típicas de um texto narrativo, como a sequência de eventos e o uso de verbos no passado, que ajudam a contar uma história.

O autor relata uma série de acontecimentos ocorridos ao longo do tempo, desde os problemas com o voo, passando pelas várias escalas, até a chegada em casa e os eventos que se desenrolam após a sua entrada. O uso de verbos no passado ("demorou", "havia", "perdi", "mandaram", "gostei", "estaria", "bicando", "fechando", "tomando", "era", "girei", "ouvi", "levantou", "não se mexeu", "continuou") contribui para essa característica narrativa, pois descrevem ações já concluídas e situadas num momento anterior.

Gabarito: Correto.

08) Julgue o item seguinte, relativo ao sentido e a aspectos linguísticos do texto precedente.

As vírgulas que isolam a oração "que estava sentada na ponta da cama" (l. 11 e 12) foram empregadas para dar ênfase às ideias do texto, por isso sua supressão não interferiria nos sentidos originais do trecho.

Comentário:

"Devo ter aberto a porta com muito ímpeto, pois a babá, que estava sentada na ponta da cama, se levantou num pulo."

Orações subordinadas adjetivas classificam-se em:

Explicativas = com vírgulas

Restritivas = sem vírgulas.

Obs: ao se retirar a vírgula, o sentido é alterado de explicativa para restritiva, mas a correção gramatical permanece.

Gabarito: Errado.

09) Julgue o item seguinte, relativo ao sentido e a aspectos linguísticos do texto precedente.

A correção do texto seria prejudicada caso o pronome "me", empregado em "me mandaram para Buenos Aires" (l.3), fosse deslocado para imediatamente após a forma verbal "mandaram", da seguinte forma: mandaram-me para Buenos Aires.

Comentário:

Trecho original:

"...me mandaram para Buenos Aires..."

Reescrita proposta:

"...mandaram-me para Buenos Aires..."

O uso de "me mandaram" com o pronome antes do verbo (próclise) é mais comum na linguagem cotidiana e coloquial, enquanto "mandaram-me" com o pronome após o verbo (ênclise) é frequentemente encontrado em contextos mais formais ou literários.

Ambas as formas são gramaticalmente corretas e aceitas na norma culta da língua portuguesa.

Gabarito: Errado.

10) Julgue o item seguinte, relativo ao sentido e a aspectos linguísticos do texto precedente.

Sem alteração dos sentidos e da correção do texto, a forma verbal "havia" (l.1) poderia ser substituída por ocorriam.

Comentário:

Trecho original:

"O avião demorou a decolar, **havia** nevascas pela Europa..."

Reescrita proposta:

"O avião demorou a decolar, **ocorriam** nevascas pela Europa..."

O verbo "havia" é utilizado no sentido de existir, indicando a presença de nevascas na Europa. O verbo "ocorriam" também pode ser usado para descrever eventos que estão acontecendo, e, portanto, poderia substituir "havia" sem alterar o sentido essencial do texto.

Gabarito: Correto.

11)

Texto CB1A1-II

1 Falar em desigualdade é falar também em pobreza. A
reprodução social das desigualdades contribui para o
aprofundamento das situações de pobreza, por isso uma
4 estratégia de enfrentamento deve considerar a conexão entre as
duas pautas.

É necessário compreender que a desigualdade se
7 expressa em diferentes dimensões na vida das pessoas e que
apenas uma minoria se beneficia com a acumulação de riqueza
e de poder. No caso do Brasil, há especificidades que devem
10 ser observadas. A história de colonização e de escravidão
deixou heranças ainda presentes, que resguardam a condição
desigual no acesso a bens, serviços e equipamentos públicos.

13 A desigualdade não é natural; ela é uma construção
social. Quando a desigualdade é naturalizada, ela passa a
instituir o poder da opressão social. Os mecanismos que
16 reproduzem as desigualdades devem ser revelados de forma
que se possibilite seu enfrentamento pela sociedade civil por
meio da cidadania ativa, buscando-se o aprofundamento da
19 democracia e a garantia da justiça de gênero, da igualdade
racial e dos direitos humanos.

Kátia Maia. Vamos falar sobre desigualdade?
Internet: <www.oxfam.org.br> (com adaptações).

A respeito dos aspectos linguísticos do texto CB1A1-II, julgue o item subsequente.

Os termos "de gênero" (l.19), "da igualdade racial" (l. 19 e 20) e "dos direitos humanos" (l.20) complementam a palavra "justiça" (l.19).

Comentário:

"...buscando-se o aprofundamento da democracia e a garantia da justiça de gênero, da igualdade racial e dos direitos humanos."

Somente **gênero** complementa **justiça!**

O restante complementa **Garantia:**

Garantia da justiça de gênero.

Garantia da igualdade racial.

Garantia dos direitos humanos.

Gabarito: Errado.

12) A respeito dos aspectos linguísticos do texto CB1A1-II, julgue o item subsecutivo.

A introdução de uma vírgula imediatamente após a palavra “revelados” (l.16) manteria a correção gramatical do texto.

Comentário:

Trecho original:

“Os mecanismos que reproduzem as desigualdades devem ser revelados **de forma que se possibilite seu enfrentamento** pela sociedade civil...”

Reescrita proposta:

“Os mecanismos que reproduzem as desigualdades devem ser revelados, **de forma que se possibilite seu enfrentamento** pela sociedade civil...”

A oração destacada é adverbial e pode sim ser marcada por vírgula, sem erro gramatical.

Gabarito: Correto.

13) A respeito dos aspectos linguísticos do texto CB1A1-II, julgue o item subsecutivo.

A substituição da forma verbal “compreender” (l. 6) por compreendermos prejudicaria a correção gramatical do texto, assim como alteraria os seus sentidos originais.

Comentário:

Trecho original:

“É necessário **compreender** que a desigualdade...”

“compreender”: infinitivo pessoal

Reescrita proposta:

“É necessário **compreendermos** que a desigualdade...”

“compreendermos”: primeira pessoa do plural

Embora essa forma ainda seja gramaticalmente correta, ela altera os sentidos originais do texto ao introduzir um sujeito específico (nós), que não estava presente na forma impessoal original. Isso mudaria a ênfase do texto de uma necessidade geral para uma necessidade específica a um grupo de pessoas (nós), o que não é o propósito do texto.

Gabarito: Errado.

14) Acerca das ideias e dos sentidos do texto CB1A1-II, julgue o item a seguir.

Considerando que situações de pobreza são sensíveis ao grau de desigualdade de um país, a autora do texto argumenta que uma ação de enfrentamento da desigualdade conseqüentemente combate a pobreza.

Comentário:

“Falar em desigualdade é falar também em pobreza. A reprodução social das desigualdades contribui para o aprofundamento das situações de pobreza, **por isso uma estratégia de enfrentamento deve considerar a conexão entre as duas pautas.**”

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!!](#)

O trecho em destaque afirma que uma estratégia de enfrentamento da pobreza deve considerar a conexão entre a pobreza e a desigualdade, não afirma categoricamente que enfrentando a desigualdade irá combater a pobreza.

Gabarito: Errado.

15) Acerca das ideias e dos sentidos do texto CB1A1-II, julgue o item a seguir.

No texto, a palavra "minorias" (l.8) refere-se aos grupos sociais marginalizados, em situação de maior vulnerabilidade social, tal qual a população das periferias, por exemplo.

Comentário:

"É necessário compreender que a desigualdade se expressa em diferentes dimensões na vida das pessoas e que apenas uma minoria se beneficia com a acumulação de riqueza e de poder."

Neste contexto, a palavra "minorias" não se refere aos grupos sociais marginalizados ou em situação de maior vulnerabilidade social, como a população das periferias. Pelo contrário, refere-se àqueles que estão em uma posição privilegiada, acumulando riqueza e poder, em contraste com a maioria que enfrenta desigualdade e pobreza.

Gabarito: Errado.

16) Acerca das ideias e dos sentidos do texto CB1A1-II, julgue o item a seguir.

A história do Brasil é marcada por fatos cujos efeitos na sociedade até hoje contribuem para a manutenção de desigualdades.

Comentário:

"A história de colonização e de escravidão de heranças ainda presentes, que resguardam a condição desigual no acesso a bens, serviços e equipamentos públicos." (linhas 9-10).

Esse trecho destaca que eventos históricos significativos, como a colonização e a escravidão, têm efeitos duradouros que continuam a influenciar a sociedade brasileira atual, contribuindo para a manutenção de desigualdades.

Gabarito: Correto.

17)

Texto CB1A1-I

1 A impossibilidade de manter silêncio sobre um
assunto é uma observação que pode ser feita a respeito de
muitos casos de patente injustiça que nos enfurecem de um
4 modo até difícil de ser capturado por nossa linguagem. Ainda
assim, qualquer estudo sobre a injustiça também demanda uma
enunciação clara e uma análise arrazoada.

7 A necessidade de uma teoria da justiça está
relacionada com a disciplina de argumentar racionalmente
sobre um assunto. Afirmar-se, às vezes, que a justiça não diz
10 respeito à argumentação racional. É fácil ficar tentado a pensar
nessa linha. Quando nos deparamos, por exemplo, com uma
alastrada fome coletiva, parece natural protestar em vez de
13 raciocinar de forma elaborada sobre a justiça e a injustiça.
Contudo, uma calamidade seria um caso de injustiça apenas se
pudesse ter sido evitada, em especial se aqueles que poderiam
16 ter agido para tentar evitá-la tivessem deixado de fazê-lo. Entre
os requisitos de uma teoria da justiça inclui-se o de permitir
que a razão influencie o diagnóstico da justiça e da injustiça.

Amartha Sen. A ideia de justiça. Denise Bottmann e Ricardo D. Mendes
(Trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 2011 (com adaptações).

Julgue o próximo item, relativo aos sentidos e aos aspectos linguísticos do texto CB1A1-I.

A substituição de “relacionada com a disciplina” (l.8) por relacionada à disciplina, embora mantivesse o sentido do texto, prejudicaria sua correção gramatical.

Comentário:

Trecho original:

“A necessidade de uma teoria da justiça está **relacionada com a disciplina** de argumentar racionalmente sobre um assunto.”

Reescrita proposta:

“A necessidade de uma teoria da justiça está **relacionada à disciplina** de argumentar racionalmente sobre um assunto.”

A preposição “com” e a contração “à” (a + a) podem ser usadas de forma intercambiável nesse contexto, pois ambas indicam uma relação entre a necessidade de uma teoria da justiça e a disciplina de argumentar racionalmente sobre um assunto.

Ambas as construções são gramaticalmente corretas e aceitas na língua portuguesa.

Gabarito: Errado.

18) Julgue o próximo item, relativo aos sentidos e aos aspectos linguísticos do texto CB1A1-I.

Na linha 9, caso a expressão “às vezes” fosse deslocada para imediatamente após “justiça”, feitos os devidos ajustes de pontuação, a correção gramatical seria mantida, mas o sentido original do texto seria alterado.

Comentário:

Trecho original:

“Afirma-se, **às vezes**, que a justiça não diz respeito à argumentação racional.”

Reescrita proposta:

“Afirma-se que a justiça, **às vezes**, não diz respeito à argumentação racional.”

No texto original, a expressão "às vezes" modifica "Afirma-se", indicando que a afirmação de que a justiça não diz respeito à argumentação racional é feita ocasionalmente. Ao deslocar "às vezes" para após "justiça", a modificação passa a indicar que é a justiça que, ocasionalmente, não diz respeito à argumentação racional.

Essa alteração, apesar de manter a correção gramatical do texto, mudaria o sentido original.

Gabarito: Correto.

19)

(...)
1 Às vezes eu falo com a vida
Às vezes é ela quem diz
Qual a paz que eu não quero
4 Conservar para tentar ser feliz

As grades do condomínio
São para trazer proteção
7 Mas também trazem a dúvida
Se é você que está nessa prisão
Me abrace e me dê um beijo
10 Faça um filho comigo
Mas não me deixe sentar
Na poltrona no dia de domingo.
(...)

O Rappa. *Minha Alma (A Paz Que Eu Não Quero)*. In: *Álbum Lado B Lado A*. Warner Music Group, 1999 (com adaptações).

Com relação aos sentidos e aos aspectos linguísticos do trecho da letra de música anteriormente apresentado, julgue o item que se segue.

Em “Mas não me deixe sentar” (v.11), a colocação do pronome “me” após a forma verbal “deixe” — deixe-me — prejudicaria a correção gramatical do trecho.

Comentário:

Trecho original:

“Mas não me deixe sentar”

Reescrita proposta:

“Mas não deixe-me sentar”

O “não” é um atrativo de próclise, exige o pronome junto a ele.

Se colocar o pronome oblíquo átono “me” ligado ao verbo auxiliar “deixe”, o atrativo de próclise puxa, então não vai ficar “não deixe-me sentar” e sim “não me deixe sentar”, a próclise acaba acontecendo.

Fatores de atração (próclise):

1. Palavra negativa;
2. Advérbio;
3. Pronome Demonstrativo;
4. Pronome Indefinido;
5. Pronome Relativo;
6. Conjunção Subordinativa (oração adverbial);
7. Numeral "ambos".

Gabarito: Correto.

20) Com relação aos sentidos e aos aspectos linguísticos do trecho da letra de música anteriormente apresentado, julgue o item que se segue.

No verso “Às vezes é ela quem diz” (v.2), a supressão de “é” e “quem” prejudicaria a coerência do trecho.

Comentário:

Trecho original:

“Às vezes **é** ela **quem** diz”

Reescrita proposta:

“Às vezes ela diz”

No verso “Às vezes é ela quem diz” (v.2), a expressão “quem diz” contém uma partícula expletiva que, ao ser retirada, resulta na frase “Às vezes ela diz”. A análise da construção gramatical revela que a frase simplificada ainda mantém a coerência e a clareza do texto.

A partícula expletiva “quem” serve para enfatizar e estilizar a frase, mas sua ausência não compromete a compreensão da mensagem.

Gabarito: Errado.

21) Com relação aos sentidos e aos aspectos linguísticos do trecho da letra de música anteriormente apresentado, julgue o item que se segue.

No trecho apresentado, a associação de “As grades do condomínio” (v.5) com as palavras “proteção” (v.6) e “prisão” (v.8) remete a uma solução encontrada pelos cidadãos que, para se proteger da violência, se privam de sua liberdade, tornando-se prisioneiros em seus lares.

Comentário:

“**As grades do condomínio**

São para trazer **proteção**

Mas também trazem a dúvida

Se é você que está nessa **prisão**”

As grades, que são originalmente destinadas a oferecer segurança, acabam criando um ambiente de confinamento. A palavra "prisão" reforça essa ideia ao sugerir que a proteção excessiva resulta em um estado de encarceramento, onde as pessoas estão fisicamente seguras, mas emocional e psicologicamente limitadas em sua liberdade.

Gabarito: Correto.

22)

1 O Departamento de Atendimento a Grupos
Vulneráveis (DAGV) da Polícia Civil de Sergipe atende a
um público específico, que frequentemente se torna vítima
4 de diversos tipos de violência. Idosos, homossexuais,
mulheres, crianças e adolescentes têm recebido atenção
constante no DAGV, onde o atendimento ganha força e se
7 especializa diariamente.

A unidade surgiu como delegacia especializada em
setembro de 2004. Agentes e delegados de atendimento a
10 grupos vulneráveis realizam atendimento às vítimas,
centralizam procedimentos relativos a crimes contra o
público vulnerável registrados em outras delegacias, abrem
13 inquéritos e termos circunstanciados e fazem investigações
de queixas.

Internet: <www.ssp.se.gov.br> (com adaptações).

Com relação aos sentidos e a aspectos linguísticos do texto precedente, julgue o item que se segue.

Os termos “a crimes contra o público” (l. 11 e 12) e “de queixas” (l.14) complementam, respectivamente, os termos “relativos” e “investigações”.

Comentário:

“Agentes e delegados de atendimento a grupos vulneráveis realizam atendimento às vítimas, centralizam procedimentos relativos a crimes contra o público vulnerável registrados em outra delegacias, abrem inquéritos e termos circunstanciados e fazem investigações de queixas.”

“a crimes contra o público”: Este termo completa o adjetivo “relativos”. A pergunta “relativos a quê?” é respondida por “a crimes contra o público”, indicando que este termo fornece a informação necessária para completar o sentido do adjetivo “relativos”. Assim, temos um complemento nominal que especifica a que os procedimentos se referem.

“de queixas”: Na frase “fazem investigações de queixas”, o termo “de queixas” complementa o substantivo “investigações”. A pergunta “investigações de quê?” é respondida por “de queixas”, mostrando que as queixas são o objeto das investigações. Como “investigações” é um substantivo abstrato e o termo “de queixas” está em sentido passivo (indicando que as queixas são o alvo da investigação), temos aqui outro complemento nominal.

Gabarito: Correto.

23) Com relação aos sentidos e a aspectos linguísticos do texto precedente, julgue o item que se segue.

A correção gramatical e o sentido do texto seriam preservados se, no trecho “a um público específico” (l. 2 e 3), a preposição “a” fosse suprimida.

Comentário:

Trecho original:

“O departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis (DAGV) da Polícia Civil de Sergipe atende a um público específico, que frequentemente se torna vítima de diversos tipos de violência.”

Reescrita proposta:

“O departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis (DAGV) da Polícia Civil de Sergipe atende um público específico, que frequentemente se torna vítima de diversos tipos de violência.”

No trecho “a um público específico” (linhas 2 e 3), a preposição “a” é utilizada para introduzir o objeto indireto do verbo “atende”. O verbo “atender” requer a preposição “a” quando se refere a prestar assistência ou serviço a alguém.

No entanto, se analisarmos o contexto mais amplamente, existe uma situação em que a preposição “a” poderia ser suprimida sem prejudicar a correção gramatical ou o sentido do texto. Isso ocorre porque em certos contextos o verbo “atender” pode ser usado transitivamente, sem a preposição, como em “atende um chamado”.

Gabarito: Correto.

24) Com relação aos sentidos e a aspectos linguísticos do texto precedente, julgue o item que se segue.

De acordo com o segundo período do texto, o DAGV é um espaço destinado a alojar grupos vulneráveis, como idosos, homossexuais, mulheres, crianças e adolescentes, dando-lhes refúgio e proteção constante.

Comentário:

Esse período do texto descreve o trabalho do Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis (DAGV) da Polícia Civil de Sergipe, enfatizando que o departamento presta atendimento constante e especializado a esses grupos.

No entanto a interpretação é incorreta, pois não é descrito como um espaço destinado a **alojar** grupos vulneráveis, dando-lhes refúgio e proteção constante.

Gabarito: Errado.

25) Com relação aos sentidos e a aspectos linguísticos do texto precedente, julgue o item que se segue.

Predomina no texto a tipologia narrativa, a qual é adequada ao propósito comunicativo de apresentar ao leitor um relato linear e objetivo da história do DAGV desde o seu surgimento até os dias atuais.

Comentário:

Ao analisar o texto, verifica-se que não predomina a tipologia narrativa. O texto em questão não apresenta um relato linear de ações ou acontecimentos, característica essencial de um texto narrativo. Em um texto narrativo, esperaríamos encontrar uma sequência temporal clara e uma predominância de verbos no pretérito, que descrevem ações passadas de maneira detalhada e cronológica.

A tipologia textual predominante no texto é dissertativa, não narrativa. O texto se concentra em expor informações de forma clara e objetiva, alinhando-se ao propósito de informar o leitor sobre o DAGV e sua atuação.

Gabarito: Errado.

Direito Administrativo

26) Maria requereu a expedição de certidão em determinada autarquia federal, para defesa de direito de interesse pessoal. Passados mais de 15 dias da solicitação, Caio, servidor comissionado da referida autarquia e responsável pela emissão do citado documento, deixou de fazê-lo, o que gerou dano a Maria. Indignada, ela apresentou recurso ao chefe de Caio, formulou denúncia à corregedoria da autarquia e ajuizou ação pleiteando indenização, tendo demonstrado o prejuízo sofrido.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item a seguir.

Autarquia é entidade da administração pública indireta com personalidade jurídica de direito privado e que desempenha atividade típica de Estado.

Comentário:

Autarquias são entidades da administração pública indireta, mas diferentemente do que é mencionado na questão, elas possuem **personalidade jurídica de direito público**, não de direito privado. As autarquias são criadas por lei específica para desempenhar atividades típicas e próprias do Estado, como a gestão de tributos, a regulação de atividades econômicas ou a prestação de serviços públicos, e gozam de certas prerrogativas típicas de entidades públicas.

Além disso, as autarquias possuem autonomia administrativa e financeira, o que significa que têm a capacidade de gerir seus próprios recursos e regulamentar seus próprios procedimentos, mas não têm autonomia política. Como entidades de direito público, elas seguem um regime jurídico que as submete a normas específicas de direito administrativo, como a necessidade de realizar licitação para contratos administrativos e a sujeição ao controle do Tribunal de Contas.

Portanto, a afirmativa é incorreta ao classificar a autarquia como uma entidade com personalidade jurídica de direito privado. Autarquias são de direito público e desempenham funções típicas do Estado, destacando-se pela sua atuação vinculada aos princípios da administração pública, como a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência.

Gabarito: Errado.

27) Julgue o item a seguir, relativo à administração pública e à gestão de projetos.

As fundações constituem corporações que reúnem pessoas associadas em prol de uma finalidade específica.

Comentário:

A descrição apresentada na questão está equivocada em relação ao conceito de fundações. As **fundações** não são corporações que reúnem pessoas associadas em prol de uma finalidade específica; essa definição se refere, na verdade, às **associações**. Associações são entidades de direito privado caracterizadas pelo agrupamento de pessoas que se unem para perseguir objetivos e ideais comuns, sem fins lucrativos.

Por outro lado, **fundações** são entidades que podem ser de direito público ou privado e são formadas pela destinação de um patrimônio específico, que é afetado para a realização de uma finalidade de interesse público ou social. Diferente das associações, as fundações não se constituem pela união de pessoas, mas sim pela dotação de um patrimônio que deve ser administrado conforme a finalidade para a qual foi instituído.

As fundações que compõem a administração pública indireta, conhecidas como **fundações públicas**, são criadas por lei específica e atuam no exercício de atividades de interesse público, como educação, cultura, saúde, entre outras. Elas têm personalidade jurídica própria e, embora possam ser de direito público ou privado, devem sempre cumprir com a finalidade determinada pela sua criação.

Portanto, o item apresentado na questão está incorreto, pois confunde a natureza jurídica e a forma de constituição das fundações com as associações.

Gabarito: Errado.

28) No que diz respeito à organização administrativa e à administração direta e indireta, julgue o item a seguir.

Conforme a jurisprudência do STF, a OAB é uma entidade da administração indireta da União.

Comentário:

De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), a **Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)** não é uma entidade da administração indireta da União. A OAB é considerada uma **entidade sui generis**, um serviço público independente que não se sujeita à administração pública direta ou indireta, nem se equipara às autarquias especiais ou a outros conselhos de classe.

Essa posição foi claramente estabelecida no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3026, onde o STF afirmou que a OAB possui uma natureza jurídica única no direito brasileiro, sendo uma categoria ímpar de personalidade jurídica. Ela não está incluída na categoria das autarquias especiais, como são as agências reguladoras, e, por não consubstanciar uma entidade da administração indireta, a OAB não está sujeita ao controle da Administração Pública e não possui qualquer vinculação a esta.

Portanto, a afirmativa de que a OAB é uma entidade da administração indireta da União está incorreta. A OAB é uma entidade independente, que atua de maneira autônoma em relação ao Estado, mantendo um status jurídico distinto das demais entidades que compõem a administração pública indireta. Assim, o item está errado.

Gabarito: Errado.

29) Considerando a doutrina majoritária, julgue o próximo item, referente ao poder administrativo, à organização administrativa federal e aos princípios básicos da administração pública.

Quando criadas como autarquias de regime especial, as agências reguladoras integram a administração direta.

Comentário:

As **agências reguladoras** são autarquias criadas sob um **regime especial** e fazem parte da **administração pública indireta**, não da administração direta. Como autarquias de regime especial, as agências reguladoras possuem certas características que as diferenciam das autarquias comuns, como autonomia financeira, poder normativo em suas áreas de competência, e o mandato fixo de seus dirigentes. Essas características são atribuídas para assegurar maior estabilidade, imparcialidade e independência funcional na regulação e fiscalização de setores estratégicos e serviços públicos.

No entanto, é importante destacar que, embora gozem de uma autonomia diferenciada, as agências reguladoras **não são independentes** dos entes que as criaram. Elas estão sujeitas ao **controle finalístico** do ente da administração direta ao qual estão vinculadas. Esse controle tem como objetivo garantir que as agências atuem conforme os princípios da administração pública e de acordo com as diretrizes de políticas públicas estabelecidas pelos entes criadores.

Portanto, a ideia de que as agências reguladoras integram a administração direta é incorreta. Elas são entidades da administração indireta, criadas para desempenhar funções específicas com maior autonomia, mas sempre dentro dos limites da lei e sob supervisão da administração direta. Assim, o item está errado.

Gabarito: Errado.

30) No que diz respeito aos bens, aos serviços e às obras municipais, bem como ao poder de polícia dos municípios, julgue o item subsequente.

O exercício do poder de polícia pode tanto restringir a fruição de direitos individuais quanto tutelar direitos difusos da coletividade, inclusive de forma preventiva, como nos casos de atuação daquele poder no processo de licenciamento e na proteção urbana.

Comentário:

O **poder de polícia** é uma prerrogativa administrativa que permite ao Estado, incluindo os municípios, condicionar e restringir a fruição de direitos individuais em prol do interesse público e da ordem pública. Este poder é exercido para garantir que as atividades privadas não comprometam a segurança, a ordem, a saúde, a tranquilidade e a moralidade públicas. Assim, o poder de polícia pode atuar de forma **preventiva** e **repressiva**.

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!!](#)

De forma **preventiva**, o poder de polícia é exercido para evitar danos ou riscos à coletividade. Um exemplo comum desse exercício é o **licenciamento** para atividades potencialmente impactantes, como a construção civil, o comércio de produtos perigosos, ou eventos que podem afetar a ordem pública. Nesse contexto, o licenciamento é uma medida preventiva, onde a administração pública verifica, de antemão, se as condições de segurança, saúde e ordem pública serão respeitadas. A proteção urbana, como a regulamentação do uso do solo e a fiscalização de construções, também se enquadra nessa atuação preventiva.

Além disso, o poder de polícia também pode tutelar **direitos difusos** da coletividade, que são direitos pertencentes a todos e que não podem ser atribuídos a uma pessoa específica. Por exemplo, a proteção ambiental, a saúde pública e a preservação do patrimônio histórico são áreas em que o poder de polícia é frequentemente exercido para defender interesses coletivos.

Portanto, a afirmação está correta ao apontar que o exercício do poder de polícia pode restringir direitos individuais e, ao mesmo tempo, proteger direitos coletivos, inclusive de forma preventiva, como nos casos de licenciamento e proteção urbana.

Gabarito: Correto.

31) Acerca do poder de polícia e dos agentes públicos, julgue o item que se segue.

O poder de polícia constitui uma atividade estatal ampliadora da esfera de interesses do particular, sendo prestado pela administração pública por meio do oferecimento de vantagens diretas aos indivíduos e às coletividades.

Comentário:

O **poder de polícia** não constitui uma atividade estatal que amplie a esfera de interesses do particular ou ofereça vantagens diretas aos indivíduos e às coletividades. Pelo contrário, o poder de polícia é uma prerrogativa da administração pública que visa **condicionar e restringir** o uso e gozo de bens, atividades, e direitos individuais em benefício da coletividade ou do próprio Estado. A finalidade desse poder é garantir a ordem pública, a segurança, a saúde, a tranquilidade e a moralidade pública.

Dessa forma, o exercício do poder de polícia é essencialmente **limitativo** e pode ser realizado de maneira **preventiva**, para evitar danos ou riscos ao interesse público; **repressiva**, para punir infrações; ou **fiscalizatória**, para verificar o cumprimento das normas e condições estabelecidas. Exemplos típicos de poder de polícia incluem a fiscalização de estabelecimentos comerciais, a regulação do trânsito, a emissão de licenças e autorizações, e a aplicação de sanções administrativas.

Portanto, ao contrário do que a questão sugere, o poder de polícia **não amplia a esfera de interesses** dos particulares, mas sim impõe **restrições necessárias** para proteger o bem-estar da coletividade. A administração pública, ao exercer esse poder, não oferece vantagens diretas aos indivíduos, mas age para garantir que o interesse público seja resguardado, muitas vezes impondo limites aos direitos individuais para preservar o equilíbrio social.

Gabarito: Errado.

32) Em relação à extinção dos atos administrativos, ao poder regulamentar da administração pública e às empresas públicas, julgue o item a seguir.

O exercício do poder regulamentar pelo chefe do Poder Executivo não é indispensável para o cumprimento de todas as leis.

Comentário:

O exercício do **poder regulamentar** pelo chefe do Poder Executivo, que envolve a edição de regulamentos e decretos para detalhar e especificar a aplicação das leis, **não é indispensável para o cumprimento de todas as leis**. Muitas leis são autoexecutáveis, ou seja, possuem disposições suficientemente claras e detalhadas para serem aplicadas diretamente, sem a necessidade de regulamentação adicional.

A função do poder regulamentar é, principalmente, complementar a legislação, oferecendo detalhes operacionais ou procedimentais que permitem a sua implementação prática pela administração pública. No entanto, isso não significa que todas as leis precisem de um regulamento para serem observadas ou cumpridas. As leis, por sua

natureza cogente, têm força obrigatória por si mesmas e impõem o cumprimento independentemente de qualquer ato normativo adicional.

Gabarito: Correto.

33) Julgue o seguinte item, a respeito do ato administrativo.

Uma das formas de extinção do ato administrativo é a retirada do ato administrativo, que pode ocorrer por sua invalidação decorrente de ilegalidade.

Comentário:

A retirada do ato administrativo por invalidação decorrente de ilegalidade refere-se à anulação do ato. A anulação ocorre quando o ato administrativo é eivado de vícios que comprometem sua legalidade ou legitimidade. Nesse caso, a administração pública tem o dever de anular o ato, pois atos ilegais não produzem efeitos válidos e não geram direitos adquiridos. Portanto, a anulação é uma forma de extinção do ato administrativo quando identificada a sua ilegalidade.

Gabarito: Correto.

34) No que diz respeito à extinção dos atos administrativos e aos poderes da administração pública, julgue o item que se segue.

Os efeitos da anulação de um ato administrativo, como regra, retroagem ao momento do surgimento do ato.

Comentário:

A anulação de um ato administrativo ocorre quando o ato é considerado ilegal desde sua origem, ou seja, há um vício de legalidade. Nesse caso, a anulação possui efeitos retroativos (ex tunc), significando que o ato é considerado inválido desde o momento de sua prática. Como regra, todos os efeitos produzidos pelo ato desde sua edição são desfeitos, voltando-se à situação anterior. Isso difere da revogação, que, por tratar de atos legais, possui efeitos apenas prospectivos (ex nunc), ou seja, não retroage.

Gabarito: Correto.

35) Carlos, servidor público federal com cargo efetivo, praticou ato administrativo que causou dano a terceiro. A sindicância que foi aberta concluiu que o ato praticado por ele não está incluso nas atribuições legais de seu cargo. O terceiro prejudicado ajuizou ação de responsabilidade civil contra a União solicitando indenização. Carlos alegou inocência, pois o ato que decidiu a sindicância apenas declarou concordância com os fundamentos do parecer da assessoria jurídica do órgão.

A partir dessa situação hipotética, julgue o item a seguir.

O ato praticado por Carlos não atende ao requisito competência do ato administrativo.

Comentário:

O ato praticado por Carlos não atendeu ao requisito de competência do ato administrativo, pois ele atuou fora dos limites de sua esfera de atribuições. A competência é um requisito essencial para a validade dos atos administrativos, estabelecendo que o agente público só pode atuar dentro das atribuições legais de seu cargo. Ao praticar um ato que não está dentro das suas competências, Carlos cometeu um excesso de poder, o que caracteriza um vício de competência. Esse tipo de vício pode levar à anulação do ato administrativo e à responsabilização da administração pública, como ocorre no caso da ação de responsabilidade civil movida pelo terceiro prejudicado.

Gabarito: Correto.

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!!](#)

36) Considerando os princípios do direito administrativo e os atos administrativos, julgue o item a seguir.

Suponha-se que determinado órgão da administração pública tenha publicado a portaria administrativa Y para regular determinado procedimento interno, e revogado a portaria anterior, X, que tratava do mesmo assunto. Nessa hipótese, se a portaria Y for revogada por uma terceira, Z, a portaria X automaticamente passará a vigorar novamente.

Comentário:

No ordenamento jurídico brasileiro, a repristinação — fenômeno em que uma norma revogada volta a vigorar após a revogação de sua norma revogadora — não é adotada como regra. De acordo com o artigo 2º, § 3º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, a norma revogada não retorna automaticamente ao ordenamento jurídico quando a norma que a revogou também é revogada, a menos que haja uma disposição expressa em contrário. Portanto, na situação apresentada, a portaria X não voltará a vigorar automaticamente com a revogação da portaria Y pela portaria Z. Para que X volte a ter eficácia, seria necessário que a portaria Z expressamente determinasse isso.

Gabarito: Errado.

37) Julgue o próximo item, a respeito de fiscalização de contrato de obra de construção rodoviária, incluindo o projeto elaborado e apresentado pela empresa contratada.

O contrato de uma obra de construção rodoviária pode ser alterado qualitativamente e quantitativamente pela administração, de forma unilateral, desde que as alterações não venham a transfigurar o objeto da contratação, sendo de até 25% o limite para acréscimos ou supressões.

Comentário:

Lei 14.133/2021

Art. 125. Nas **alterações unilaterais** a que se refere o inciso I do caput do art. 124 desta Lei, **o contratado será obrigado a aceitar**, nas mesmas condições contratuais, **acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial** atualizado do contrato que se fizerem nas **obras, nos serviços ou nas compras**, e, no caso de **reforma de edifício ou de equipamento**, **o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento)**.

Aditivo Contratual	
Regra	Exceção
Contratado é obrigado a aceitar os acréscimos ou supressões até 25% nas obras, serviços ou compras .	Contratado é obrigado a aceitar os acréscimos até 50% no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento .
OBS: Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos acima, salvo no caso das supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes .	

Gabarito: Correto.

38) Determinada prefeitura contratou uma empresa para a construção de uma passarela para pedestres por meio de licitação, no regime de contratação semi-integrada, regida pela Lei n.º 14.133/2021.

A respeito dessa situação hipotética, da legislação aplicável aos contratos administrativos e da atuação da fiscalização em obras públicas, julgue o item que se segue.

Na contratação semi-integrada em apreço, tanto o projeto básico quanto o executivo devem ser fornecidos pela prefeitura, ficando a empresa contratada responsável pela execução das obras, por preço certo e total definido no contrato.

Comentário:

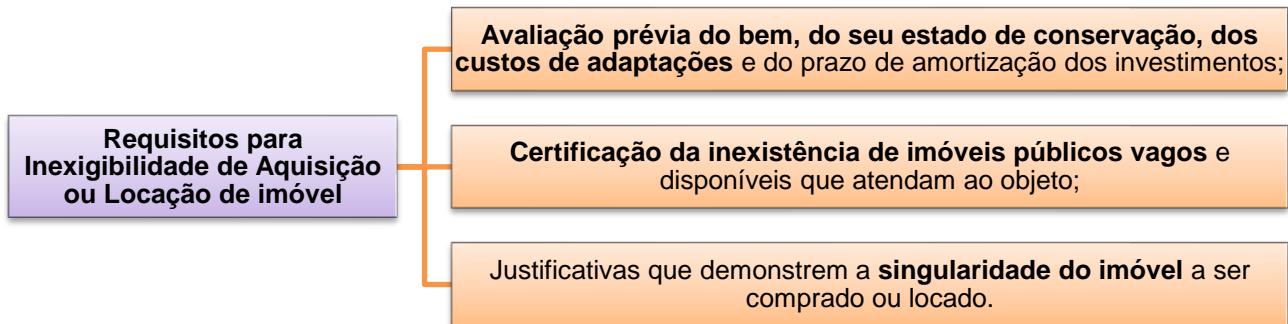
Lei nº 14.133/2021

Art. 51. **Ressalvado o disposto no inciso V do caput do art. 74 desta Lei**, a **locação de imóveis** deverá ser precedida de **licitação e avaliação prévia do bem**, do seu estado de conservação, dos custos de adaptações e do **prazo de amortização dos investimentos necessários**.

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!!](#)

Art. 74. É **inexigível** a licitação quando **inviável a competição**, em especial nos casos de:

V - **aquisição ou locação de imóvel** cujas características de instalações e de localização tenham necessariamente sua escolha.



Gabarito: Errado.

39) Julgue o item a seguir, com base na Lei n.º 14.133/2021.

No caso de contratação de baixa complexidade realizada por município, poderá ser dispensada a análise jurídica caso haja autorização da autoridade jurídica máxima competente e sejam utilizadas minutas de editais e instrumentos de contrato previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico.

Comentário:

Lei nº 14.133/2021

Art. 53 § 5º É **dispensável** a análise jurídica nas **hipóteses previamente definidas em ato da autoridade jurídica máxima competente**, que deverá considerar o baixo valor, a baixa complexidade da contratação, a entrega imediata do bem ou a utilização de minutas de editais e instrumentos de contrato, convênio ou outros ajustes previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico.

Gabarito: Correto.

40) Julgue o item subsecutivo, a respeito de compras nas organizações públicas.

É vedado à administração pública realizar licitação restrita a fornecedores cadastrados.

Comentário:

Lei nº 14.133/2021

Art. 87. § 3º A Administração **podrá realizar licitação restrita a fornecedores cadastrados**, atendidos os critérios, as condições e os limites estabelecidos em regulamento, bem como a ampla publicidade dos procedimentos para o cadastramento.

Gabarito: Errado.

41) A respeito de agentes públicos e poderes administrativos, julgue o item a seguir de acordo com as disposições da Constituição Federal de 1988 (CF) e com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

Os poderes administrativos outorgados aos agentes públicos são irrenunciáveis.

Comentário:

Os poderes administrativos conferidos aos agentes públicos são considerados "poderes-deveres", o que significa que eles envolvem tanto uma prerrogativa quanto uma obrigação de atuação em prol do interesse público. Esses poderes são outorgados pela ordem jurídica para que os agentes possam atuar de maneira eficaz na realização dos objetivos estatais. Devido ao caráter de dever que acompanha esses poderes, eles são irrenunciáveis. A irrenunciabilidade é essencial para assegurar que os agentes públicos não deixem de exercer suas competências

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!!](#)

e responsabilidades, garantindo, assim, a proteção e a promoção do interesse público. Dessa forma, o agente público não pode renunciar a seus poderes administrativos, pois eles estão diretamente vinculados ao cumprimento de suas obrigações perante a sociedade.

Gabarito: Correto.

42) Carlos, servidor público federal com cargo efetivo, praticou ato administrativo que causou dano a terceiro. A sindicância que foi aberta concluiu que o ato praticado por ele não está incluso nas atribuições legais de seu cargo. O terceiro prejudicado ajuizou ação de responsabilidade civil contra a União solicitando indenização. Carlos alegou inocência, pois o ato que decidiu a sindicância apenas declarou concordância com os fundamentos do parecer da assessoria jurídica do órgão. A partir dessa situação hipotética, julgue o item a seguir.

Servidor público com cargo efetivo é aquele que possui cargo de livre nomeação e exoneração.

Comentário:

Servidor público com cargo efetivo não é aquele que possui cargo de livre nomeação e exoneração. Na verdade, os cargos efetivos são ocupados por servidores que ingressaram na administração pública por meio de concurso público, conforme estabelecido pela Constituição Federal. Esses servidores possuem estabilidade após o cumprimento de um período de estágio probatório e desempenham suas funções de forma contínua e permanente, com direito à estabilidade após três anos de efetivo exercício.

Por outro lado, os cargos em comissão, que são de livre nomeação e exoneração, podem ser ocupados por pessoas escolhidas pela autoridade competente sem necessidade de concurso público e são destinados a funções de direção, chefia ou assessoramento. Esses cargos têm caráter temporário e não oferecem estabilidade.

Portanto, a afirmativa está equivocada ao associar cargos efetivos a cargos de livre nomeação e exoneração.

Gabarito: Errado.

43) No que se refere a ato administrativo e agentes públicos, julgue o item que se segue.

Servidor público cujo vínculo com a administração pública ocorre mediante contrato temporário não tem direito à estabilidade funcional.

Comentário:

CF/88

Art. 41. São **estáveis após três anos** de **efetivo exercício** os servidores nomeados para **cargo de provimento efetivo** em virtude de concurso público.

Gabarito: Correto.

44) A respeito de Estado, governo e administração pública, da organização administrativa do Estado e dos agentes públicos, julgue o item subsequente.

Toda pessoa física que prestar serviço ao Estado, ainda que temporariamente, é considerada agente público.

Comentário:

Agentes Públicos
Conceito
<p>➤ Justen Filho estabelece que agente público é “toda pessoa física que atua como órgão estatal, produzindo ou manifestando a vontade do Estado”.</p> <p>➤ Hely Lopes Meirelles conceitua agentes públicos como “todas as pessoas físicas incumbidas, definitiva ou transitoriamente, do exercício de alguma função estatal”.</p> <p>Lei 8.429/92. Art. 2º Reputa-se agente público, para os efeitos desta lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior.</p> <p>Fonte: JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 2005. 863 p.</p> <p>Fonte: MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 34ª ed. São Paulo, Malheiros Editores, 2008, p. 418.</p>

Gabarito: Correto.

45) No que se refere aos controles interno e externo, julgue o item que se segue.

Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário devem manter, de forma integrada, um sistema de controle interno para, entre outras finalidades, avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual e a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.

Comentário:

CF/88

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de **forma integrada**, sistema de **controle interno** com a finalidade de:

I - **avaliar o cumprimento das metas** previstas no **plano plurianual**, a execução dos **programas de governo** e dos **orçamentos da União**;

Gabarito: Correto.

46) Acerca do controle parlamentar, julgue o item a seguir.

O controle parlamentar é exercido apenas de forma direta, pelo Poder Legislativo, observada a legalidade dos atos emanados do Poder Executivo.

Comentário:

O controle parlamentar não é exercido apenas de forma direta pelo Poder Legislativo. Ele pode ser realizado de duas formas: **direta e indireta**.

1. **Controle Direto:** É feito pelos próprios membros do Poder Legislativo, através de instrumentos como questionamentos, pedidos de informação, convocações de ministros, comissões parlamentares de inquérito (CPIs), entre outros. Esse controle é exercido diretamente para fiscalizar e supervisionar os atos do Poder Executivo, garantindo que estes sejam realizados conforme a legalidade e os princípios da administração pública.
2. **Controle Indireto:** É realizado por meio de órgãos auxiliares do Poder Legislativo, como o **Tribunal de Contas**, que examina as contas públicas, realiza auditorias, inspeções e outros tipos de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. O Tribunal de Contas da União (TCU), por exemplo, auxilia o Congresso Nacional no exercício do controle externo, verificando a regularidade dos atos administrativos e garantindo a legalidade na administração pública.

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!!](#)

Portanto, o controle parlamentar inclui tanto a ação direta dos parlamentares quanto o apoio de órgãos auxiliares, como o TCU, para efetuar o controle da legalidade dos atos administrativos. Dizer que o controle parlamentar é exercido "apenas de forma direta" é uma afirmação equivocada.

Gabarito: Errado.

47) Acerca do controle parlamentar da administração pública, julgue o item seguinte.

Constitui hipótese de controle parlamentar o encaminhamento de pedidos escritos de informação, pelas mesas da Câmara dos Deputados e do Senado, dirigidos aos ministros de Estado.

Comentário:

CF/88

Art. 50. § 2º As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no caput deste artigo, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não - atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

Gabarito: Correto.

48) Julgue o item a seguir, acerca da responsabilidade civil do Estado.

A responsabilidade civil do Estado consiste na sua obrigação de reparar economicamente os danos que causar a terceiros no âmbito patrimonial ou moral.

Comentário:

A responsabilidade civil do Estado implica na obrigação de reparar danos patrimoniais e morais causados a terceiros, independentemente de culpa, desde que resultem de ações ou omissões de agentes públicos no exercício de suas funções.

Segundo a doutrina de Celso Antônio Bandeira de Mello, essa responsabilidade é extracontratual e de natureza objetiva, fundamentada no risco administrativo. Isso significa que o Estado deve indenizar mesmo sem prova de dolo ou culpa do agente.

No entanto, a responsabilidade do agente é subjetiva, ocorrendo apenas se houver dolo ou culpa, o que permite ao Estado, mediante ação regressiva, cobrar o ressarcimento dos danos do agente culpado.

Gabarito: Correto.

49) Julgue o item a seguir, considerando as disposições doutrinárias acerca do direito administrativo e as previsões em vigor da Lei federal n.º 14.133/2021, da Lei estadual n.º 6.745/1985 (Estatuto dos Servidores do Estado de Santa Catarina) e da Lei Complementar estadual n.º 255/2004.

A culpa concorrente é uma das hipóteses em que fica completamente excluída a responsabilidade civil do Estado.

Comentário:

No âmbito do direito administrativo, a culpa concorrente da vítima não exclui completamente a responsabilidade civil do Estado, mas apenas a atenua. Quando ocorre a culpa concorrente, tanto o Estado quanto a vítima têm responsabilidade pelo dano causado. Nesse caso, a indenização pode ser reduzida proporcionalmente à participação da vítima na causa do dano.

Por outro lado, a culpa exclusiva da vítima é uma causa que exclui completamente a responsabilidade do Estado, pois o dano é causado unicamente por ação ou omissão do próprio prejudicado, sem qualquer contribuição da administração pública.

Portanto, a afirmativa de que a culpa concorrente exclui completamente a responsabilidade do Estado não encontra respaldo nas disposições doutrinárias nem na legislação aplicável.

Gabarito: Errado.

50) Acerca da responsabilidade civil do Estado, julgue o item que se segue.

Conforme a teoria do risco administrativo, uma empresa estatal dotada de personalidade jurídica de direito privado que exerça atividade econômica responderá objetivamente pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, resguardado o direito de regresso contra o causador do dano.

Comentário:

De acordo com a teoria do risco administrativo, a responsabilidade civil objetiva aplica-se principalmente às pessoas jurídicas de direito público e às empresas estatais que prestam serviços públicos. No entanto, quando se trata de empresas estatais com personalidade jurídica de direito privado que exploram atividade econômica, a responsabilidade civil é subjetiva. Isso significa que, para que o Estado responda pelos danos causados, é necessário provar a culpa ou dolo do agente público envolvido.

Portanto, no caso específico de uma empresa estatal que exerce atividade econômica, ela não responde objetivamente pelos danos causados por seus agentes. A responsabilidade objetiva é restrita às entidades que exercem funções típicas de Estado ou prestam serviços públicos, e não se aplica às que atuam no mercado como empresas privadas.

Gabarito: Errado.

Segurança Judiciária

51) Procurador-geral do Ministério Público de certo estado tem recebido, recentemente, ameaças de morte de uma facção criminosa. Por motivos de agenda relevante, o procurador-geral deve comparecer a um enterro de pessoa pública e notória, amplamente divulgado pela mídia.

Tendo em vista essa situação hipotética, julgue o item seguinte, relativos à segurança de dignitários.

O agente de segurança denominado mosca, deverá ser posicionado o mais distante possível do dignitário, de modo a dissuadir qualquer movimento atentatório.

Comentário:

O agente de segurança denominado mosca, deverá ser posicionado o **mais próximo** possível do dignitário.

Denominações dos Agentes de Segurança

Mosca / Sombra: Agente que permanece o mais próximo possível da autoridade, garantindo proteção imediata.

Avançado: Agente que se posiciona antecipadamente no local do evento para aguardar a chegada da autoridade.

Ala: Agente encarregado de proporcionar cobertura lateral à autoridade, assegurando proteção dos flancos.

Precursor: Agente responsável pelo planejamento e preparação das medidas de segurança antes da chegada da autoridade.

Gabarito: Errado.

52) A análise de risco visa detectar todos os incidentes ao qual o dignitário, sua família e empresa estão expostos.

Para cada risco existente haverá duas linhas táticas: a ofensiva e a corretiva.

Comentário:

Todo trabalho de análise de riscos tem, sobretudo, um condão de prevenção. As ações ofensivas e corretivas estão mais conectadas às ações de contingências, e não necessariamente à gestão de riscos.

Gabarito: Errado.

53) Acerca de escoltas a pé e motorizadas designadas para a proteção de dignitários, julgue o item a seguir.

Em deslocamentos com dois veículos, em contextos de risco baixo, o veículo da segurança segue à frente do veículo da autoridade.

Comentário:

Em regra, o veículo da equipe de segurança se desloca atrás do veículo da autoridade, tendo uma melhor visão e chance de reação

Gabarito: Errado.

54) Julgue o item a seguir:

O processo de seleção e implementação de medidas para modificar um risco é uma atividade da gestão de riscos denominada análise de riscos.

Comentário:

O processo de seleção e implementação de medidas para modificar um risco é uma atividade da gestão de riscos, mas não é denominado análise de riscos. A análise de riscos envolve a identificação, avaliação e compreensão dos riscos, incluindo a estimativa de suas probabilidades e impactos.

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!!](#)

A atividade descrita no item faz parte da etapa de **tratamento de riscos**, que ocorre após a análise de riscos. Nessa fase, são selecionadas e implementadas as medidas apropriadas para mitigar, transferir, evitar ou aceitar os riscos identificados. Portanto, a descrição no item não corresponde à definição correta de análise de riscos.

Gabarito: Errado.

55) Com relação ao Planejamento de Contingências, julgue o item a seguir.

O Planejamento de Contingências estabelece políticas de manejo estritamente operacionais, as quais são executadas para garantir a continuidade dos processos da empresa após ocorridas as emergências, a fim de que seja retomada a normalidade.

Comentário:

O Planejamento de Contingências não se limita a estabelecer políticas de manejo estritamente operacionais. Embora inclua medidas operacionais para garantir a continuidade dos processos da empresa após emergências, o planejamento de contingências também abrange estratégias abrangentes, políticas administrativas, comunicações, alocação de recursos e responsabilidades, além de planos de recuperação e retorno à normalidade.

Portanto, ao restringir o Planejamento de Contingências a apenas políticas operacionais, o item não considera toda a amplitude e abrangência necessárias para lidar efetivamente com situações de emergência.

Gabarito: Errado.

56) Julgue o item a seguir.

O planejamento estratégico ou institucional é genérico, isto é, abrange a organização como um todo, não abordando detalhes específicos de cada departamento ou divisão, sendo direcionado para o longo prazo.

Comentário:

O planejamento estratégico ou institucional é, de fato, de natureza genérica e abrange a organização como um todo. Ele é voltado para o estabelecimento da visão, missão, objetivos gerais e políticas da empresa, sem entrar em detalhes específicos sobre cada departamento ou divisão. Esse tipo de planejamento é direcionado para o longo prazo, geralmente com um horizonte de vários anos, e orienta as decisões de alto nível que impactam toda a organização. Portanto, o item reflete corretamente as características do planejamento estratégico.

Gabarito: Correto.

57) Julgue o item a seguir sobre conceitos de sensibilidade e periculosidade.

Materiais e equipamentos que possuem alto valor estratégico para a continuidade das atividades institucionais, como servidores de rede e cabines de energia, são classificados como sensíveis em nível de segurança física e patrimonial.

Comentário:

Erro no item: A questão classifica incorretamente servidores de rede e cabines de energia como "sensíveis".

Conceito Correto:

- **Sensíveis:** Materiais, equipamentos, processos, operações, áreas, etc., cujo valor ou importância influencia a continuidade da atividade institucional (ex: centrais de vigilância, geradores, tanques de GLP).
- **Perigosos:** Materiais, equipamentos, processos, etc., que apresentam risco ou ameaça (ex: arquivos de processos, servidores de rede, cabines de energia).

Correção: Servidores de rede e cabines de energia são classificados como "perigosos", não "sensíveis".

Gabarito: Errado.

58) Acerca da segurança física e patrimonial de instalações, julgue os itens que se seguem.

Na segurança tridimensional, a segurança estratégica, também conhecida como segurança física, serve para proteger o patrimônio invisível da empresa, ou seja, seus negócios.

Comentário:

Na segurança tridimensional, a segurança estratégica, também conhecida como segurança de inteligência, é responsável pela proteção do patrimônio invisível da empresa, como seus negócios, ensino e pesquisa. Segurança física ou segurança patrimonial refere-se à proteção das instalações físicas ou materiais da empresa, não ao patrimônio invisível. Portanto, a afirmativa troca os conceitos de segurança física e segurança estratégica.

Gabarito: Errado.

59) A respeito de defesa pessoal, julgue os itens seguintes.

Os agentes de segurança devem ter uma postura preventiva, profissional e agir conforme procedimentos operacionais definidos, pois uma boa postura é fator inibidor e, frequentemente, a simples presença do agente evita que a segurança seja comprometida.

Comentário:

Agentes de segurança devem adotar uma postura preventiva e profissional, agindo conforme procedimentos operacionais estabelecidos. Uma postura adequada pode funcionar como um fator inibidor, dissuadindo potenciais ameaças antes mesmo de qualquer ação ser necessária. Muitas vezes, a simples presença de um agente de segurança, demonstrando vigilância e prontidão, é suficiente para evitar que a segurança seja comprometida. Essa abordagem preventiva é essencial para manter um ambiente seguro e protegido.

Gabarito: Correto.

60) Julgue o item a seguir.

Quando o agente de segurança sabe executar os rolamentos e as quedas, ele pode diminuir o impacto do corpo contra o solo em situações operacionais em que possa sofrer algum tipo de queda, minimizando, assim, lesões causadas por tais quedas.

Comentário:

A habilidade de executar rolamentos e quedas de forma adequada é fundamental para agentes de segurança, pois essas técnicas ajudam a absorver o impacto com o solo, protegendo áreas vulneráveis do corpo e reduzindo o risco de lesões durante operações que envolvem movimentações bruscas ou quedas inesperadas.

Gabarito: Correto.

61) Com base na Lei n.º 9.883/1999, que instituiu o Sistema Brasileiro de Inteligência (SBI), julgue o item a seguir.

O controle e a fiscalização internos e externos da atividade de inteligência, outrora atribuições do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), atualmente são realizados pela Casa Civil da Presidência da República.

Comentário:

Lei 9.883/99. Art. 6 O controle e fiscalização externos da atividade de inteligência serão exercidos pelo **Poder Legislativo** na forma a ser estabelecida em ato do Congresso Nacional.

Gabarito: Errado.

62) A respeito do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) e do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (SISP), julgue o item subsequente.

Um dos princípios diretores da atividade de inteligência de segurança pública é a interação, que consiste em desenvolver ações e apresentar resultados em prazo apropriado à sua utilização.

Comentário:

A questão aborda o Princípio da Oportunidade, que enfatiza a importância de que a informação seja fornecida de forma oportuna.

O Princípio da Interação destaca a necessidade de cooperação entre diferentes órgãos ou entidades na atividade de inteligência, pois um trabalho colaborativo e multidisciplinar pode levar a resultados mais abrangentes e eficazes.

Gabarito: Errado.

63) Julgue os seguintes itens, relativos à legislação de interesse da atividade de inteligência.

Consideram-se conhecimentos sensíveis, cujo planejamento e execução compete à ABIN, aqueles relacionados a dados ilícitos e sigilosos, para fins de assessoramento ao presidente da República.

Comentário:

A ABIN não se envolve com o planejamento ou a execução de ações relacionadas a dados "ilícitos".

Além disso, a ABIN não é responsável por planejar e executar "conhecimentos sensíveis", mas sim por planejar e executar "a proteção de conhecimentos sensíveis".

A questão confundiu os incisos I e II do art. 4º da Lei 9.883.

Por fim, "Conhecimento Sensível" refere-se a qualquer informação, sigilosa ou estratégica, cujo acesso não autorizado possa comprometer os objetivos nacionais e causar prejuízos ao país, exigindo, portanto, medidas especiais de proteção.

Gabarito: Errado.

64) Acerca da temática “Organização do Posto de Comando”, julgue o item a seguir.

Uma de suas principais funções se constitui no processamento, análise e difusão das informações coletadas.

Comentário:

Funções do Posto de Comando

I - Colher informações.

II - Processar informações (coleta, análise e difusão).

III - Aplicar informações, mediante o planejamento e o auxílio À tomada de decisões.

IV - Agir e reagir, mediante a implementação de planos e decisões e a coordenação de ações.

V - Apoiar as funções acima, por intermédio de um trabalho de logística e de administração.

Gabarito: Correto.

65) Em relação a sistemas de detecção e alarme de incêndios e a equipamentos para o combate de incêndios, julgue o item subsequente.

A adaptação de estruturas antigas para a instalação de sistemas modernos de detecção de incêndios pode representar um desafio, uma vez que edifícios antigos frequentemente têm espaços reduzidos para acomodar painéis de controle, baterias e outros equipamentos, o que limita os projetos a sistemas de detecção sem acoplamento de sistemas fixos de combate.

Comentário:

A instalação de sistemas modernos de detecção e combate a incêndios em estruturas antigas pode apresentar dificuldades devido às limitações físicas dessas construções. Edifícios mais antigos podem não ter espaço suficiente ou a infraestrutura necessária para suportar o equipamento adicional exigido pelos sistemas modernos, como painéis de controle e baterias de backup.

Como resultado, os sistemas de detecção de incêndios instalados em tais edificações podem ser limitados a funções básicas de monitoramento e alarme, sem a integração de sistemas fixos de combate a incêndios, como sprinklers ou supressores automáticos, que requerem mais espaço e uma infraestrutura mais robusta.

Gabarito: Correto.

66) Acerca de prevenção e combate a incêndios, julgue o item que se segue.

Os extintores à base de CO₂ são adequados para extinguir incêndios em materiais sólidos, como madeira e papel, e os causados por líquidos inflamáveis e equipamentos elétricos.

Comentário:

Extintores de CO₂ (dióxido de carbono) são eficazes para incêndios em líquidos inflamáveis (Classe B) e em equipamentos elétricos energizados (Classe C), pois o CO₂ é um agente limpo que não deixa resíduos e não conduz eletricidade. No entanto, eles não são apropriados para incêndios em materiais sólidos, como madeira e papel (Classe A), pois não são eficazes em resfriar o material combustível, o que pode resultar na reignição do fogo. Para incêndios de Classe A, extintores de água ou de pó químico seco são mais adequados.

Gabarito: Errado.

67) Acerca do suporte básico à vida, julgue o item a seguir.

No suporte básico de vida do adulto, os aspectos principais a serem observados nas compressões torácicas são frequência, profundidade, retorno do tórax a cada compressão e interrupção mínima, isto é, devem-se minimizar as interrupções das compressões, com pausa por, no máximo, dez segundos para realização de duas ventilações, revezando-se os socorristas a cada dois minutos, para evitar cansaço e compressões de má qualidade.

Comentário:

O item está correto. As diretrizes para suporte básico de vida recomendam que as compressões torácicas sejam realizadas com frequência entre 100 e 120 compressões por minuto, a uma profundidade de pelo menos 5 cm, permitindo o retorno completo do tórax entre cada compressão. As interrupções devem ser minimizadas para menos de dez segundos, e o revezamento dos socorristas a cada dois minutos é recomendado para manter a eficácia das compressões.

Gabarito: Correto.

68) Em relação às lesões traumáticas, julgue o item a seguir.

A principal causa de hemorragia externa é a hipertensão arterial.

Comentário:

O item está errado. A principal causa de hemorragia externa é um trauma que rompe a pele e os vasos sanguíneos, como cortes, lacerações, ferimentos por perfuração ou fraturas expostas. Hipertensão arterial, por outro lado, não é uma causa direta de hemorragia externa; é mais associada a hemorragias internas, como AVC hemorrágico, onde há ruptura de vasos sanguíneos dentro do corpo.

Gabarito: Errado.

69) Acerca de segurança da informação, julgue o item a seguir.

Autenticidade é um princípio que visa garantir que o autor não negue ter criado e assinado determinada informação, a qual pode estar materializada em uma mensagem ou em um documento.

Comentário:

O item está errado. O princípio descrito refere-se, na verdade, ao conceito de "não repúdio," que assegura que o autor não possa negar ter realizado uma ação específica, como criar ou assinar um documento. "Autenticidade," por outro lado, refere-se à garantia de que uma informação, mensagem ou documento é genuíno e que a identidade do remetente ou autor é verificada e confiável.

Gabarito: Errado.

70) Acerca de conceitos e princípios relacionados com confidencialidade e integridade, julgue o item que se segue.

O princípio da integridade visa garantir que os dados sejam precisos e confiáveis e que não tenham sido modificados incorretamente, seja de forma acidental ou maliciosa.

Comentário:

O item está correto. O princípio da integridade na segurança da informação tem como objetivo garantir que os dados permaneçam consistentes, precisos e confiáveis, sem alterações não autorizadas. Esse princípio assegura que os dados não sejam modificados de forma incorreta ou maliciosa e que qualquer tentativa de alteração seja detectada, garantindo a confiança na informação armazenada ou transmitida.

Gabarito: Correto.

71) Julgue o próximo item, a respeito de ataques, malwares, criptografia e certificação digital.

O vírus de computador e o worm estão entre os principais tipos de malware capazes de infectar outras máquinas por meio da execução ou anexação em outros artefatos digitais, ou envio de cópias de si mesmo pelas redes de computadores.

Comentário:

O item está correto. Tanto vírus quanto worms são tipos de malware que podem se propagar e infectar outros sistemas. Um vírus de computador precisa se anexar a um arquivo ou programa executável e requer a execução desse arquivo para se espalhar. Já um worm é um tipo de malware que pode se replicar automaticamente e se propagar pela rede, enviando cópias de si mesmo para outros computadores sem necessidade de intervenção humana ou de anexação a outros arquivos. Ambos podem causar danos significativos, como roubo de informações, degradação de desempenho ou controle remoto de sistemas.

Gabarito: Correto.

72) Em relação ao processo penal e ao disposto na Lei n.º 9.099/1995, julgue o item subsequente.

Caso o autor do fato que tenha aceitado a proposta de transação penal prevista na Lei n.º 9.099/1995 descumpra as condições, os autos deverão ser conclusos ao juiz para sentença definitiva.

Comentário:

STF/Súmula Vinculante 35

A homologação da transação penal prevista no artigo 76 da Lei 9.099/1995 **não faz coisa julgada material** e, descumpridas suas cláusulas, **retorna-se a situação anterior**, possibilitando-se ao **Ministério Público** a **continuidade** da persecução penal mediante oferecimento de **denúncia** ou **requisição** de inquérito policial.

Gabarito: Errado.

73) Com base na Lei n.º 13.869/2019, que dispõe sobre o abuso de autoridade, julgue o item a seguir.

Em razão de sua imunidade parlamentar, os membros do Poder Legislativo não podem ser sujeitos ativos de crimes de abuso de autoridade, salvo se investidos em funções das respectivas mesas diretoras.

Comentário:

Lei 13.869/19. Art. 2º É **sujeito ativo** do crime de abuso de autoridade **qualquer agente público, servidor ou não**, da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de Território, compreendendo, mas **não se limitando** a:

I - **servidores públicos e militares** ou **pessoas a eles equiparadas**;

II - **membros do Poder Legislativo**;

III - **membros do Poder Executivo**;

IV - **membros do Poder Judiciário**;

V - **membros do Ministério Público**;

VI - membros dos **tribunais** ou **conselhos de contas**.

Parágrafo único. Reputa-se **agente público**, para os efeitos desta Lei, todo **aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração**, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função em órgão ou entidade abrangidos pelo caput deste artigo.

Crime de Abuso de Autoridade

- Trata-se do delito cometido por **agente público, servidor ou não**, que, no exercício de suas **funções** ou a **pretexto de exercê-las, abuse do poder** que lhe tenha sido atribuído.
- É um crime **doloso** com **finalidade específica**.
- Trata-se de um **crime próprio**, pois precisará **sempre** da participação do **agente público** para a ocorrência do crime. No entanto, é possível que o particular seja configurado no mesmo delito, desde que aja em **coautoria ou participação** e **saiba da condição de agente público**.

Gabarito: Errado.

74) Sobre as disposições contidas na Lei 7.716/89, julgue o próximo item.

Os crimes previstos na Lei nº 7.716/1989, quando praticados por servidores públicos, poderão ter suas penas aumentadas de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços).

Comentário:

Lei 7.716/89. Art. 20-B. Os crimes previstos nos arts. 2º-A e 20 desta Lei terão as penas **aumentadas de 1/3 até a metade**, quando **praticados por funcionário público**, conforme definição prevista no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las. ([Lei 14.532/23](#))

Gabarito: Errado.

75) Sobre as disposições contidas na Lei 7.716/89, julgue o próximo item.

Há previsão de modalidade qualificada de racismo, caso seja cometido no contexto de atividades esportivas, religiosas, artísticas ou culturais destinadas ao público.

Comentário:

Lei 7.716/89. Art. 9º **Impedir o acesso** ou **recusar atendimento** em estabelecimentos **esportivos**, casas de **diversões**, ou **clubes sociais abertos ao público**.

Pena: **reclusão** de **um a três anos**.

Lei 7.716/89. Art. 20. Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

§ 2º-A Se qualquer dos crimes previstos neste artigo for cometido no **contexto de atividades esportivas, religiosas, artísticas ou culturais destinadas ao público: (Lei 14.532/23)**

Pena: **reclusão**, de 2 a 5 anos, e **proibição de frequência**, por **3 anos**, a locais destinados a práticas esportivas, artísticas ou culturais destinadas ao público, conforme o caso. **(Lei 14.532/23)**

Gabarito: Correto.

76) À luz do Estatuto do Desarmamento, julgue o próximo item.

Somente possui relevância jurídica a arma de fogo de produção industrial, excluindo-se, portanto, as fabricadas artesanalmente.

Comentário:

"Tratando-se de arma de fogo artesanal, não se espera que tenha a numeração de série impingida quando da fabricação industrial. No caso dos autos possuindo o recorrente em sua residência arma de fogo artesanal, responde pela figura delitiva contida no art. 12 da Lei n. 10.826/03. Recurso provido."

TJ-MT – APL: 00007729020148110033 MT, Relator: JUVENAL PEREIRA DA SILVA, Data de Julgamento: 05/09/2018, TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL, Data de Publicação: 14/09/2018.

Gabarito: Errado.

77) Julgue o próximo item, pertinente à ao Estatuto do Desarmamento — Lei n.º 10.826/2003.

Não afasta a tipicidade da conduta criminosa o fato de a arma de fogo apreendida ter sido declarada absolutamente ineficaz por meio de perícia realizada no curso da ação penal.

Comentário:

"Demonstrada por laudo pericial a inaptidão da arma de fogo para o disparo, é atípica a conduta de portar ou de possuir arma de fogo, diante da ausência de afetação do bem jurídico incolumidade pública, tratando-se de crime impossível pela ineficácia absoluta do meio". (Tese – STJ, edição n° 108).

Gabarito: Errado.

78) Com base na Resolução Conjunta n° 4, de 28 de fevereiro de 2014, julgue o próximo item.

A guarda e manutenção das armas de fogo institucionais, da munição e dos acessórios são de responsabilidade do próprio servidor designado para o porte da arma, que deve assegurar o controle rigoroso de utilização.

Comentário:

De acordo com a Resolução Conjunta n° 4, de 28 de fevereiro de 2014, o órgão de segurança de cada Instituição é o responsável pela guarda e manutenção adequada das armas de fogo institucionais, da munição e dos acessórios, devendo manter um rigoroso controle de utilização que inclua o registro da arma, sua descrição, o número de série e calibre, a quantidade e o tipo de munição fornecida, a data e o horário de entrega, e a descrição sucinta da atividade a ser desenvolvida pelo servidor. Portanto, não é o servidor individualmente que tem essa responsabilidade.

Gabarito: Errado.

79) No que se refere aos juizados especiais cíveis e de fazenda pública, julgue o item seguinte.

Nos juizados especiais de fazenda pública, a assistência de advogado é obrigatória, independentemente do valor da causa, mas o mandato pode ser verbal.

Comentário:

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!!](#)

Lei 9.099/95. Art. 9º Nas causas de valor **até 20 salários mínimos**, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é **obrigatória**.

Assistência de Advogado	
Até 20 SM	Superior a 20 SM
As partes comparecerão pessoalmente , podendo optar por advogado.	Assistência obrigatória.

§ 3º O mandato ao advogado poderá ser **verbal**, **salvo** quanto aos poderes especiais.

Gabarito: Errado.

80) Julgue o item a seguir.

O atendimento prioritário a determinadas categorias de consumidores é objeto de regulamentação pela Lei Federal no 10.048, de 8 de novembro de 2000, que assim disciplina as pessoas com deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos e os obesos gozarão de atendimento prioritário.

Comentário:

Lei nº 10.048/2000. Art. 1º As pessoas com deficiência, as pessoas com transtorno do espectro autista, as **pessoas idosas com idade igual ou superior a 60 anos**, as gestantes, as lactantes, as pessoas com criança de colo, os obesos, as pessoas com mobilidade reduzida e os doadores de sangue terão **atendimento prioritário**, nos termos desta Lei. **(Lei 14.626/23)**

Gabarito: Correto.

Direitos Humanos

81) Julgue os próximo item, relativos a conceitos, terminologias e afirmação histórica dos direitos humanos.

O Código de Hamurabi pode ser considerado um dos primeiros documentos históricos importantes para o estudo dos direitos humanos, porque, ainda que em um contexto diferente do atual, reconhecia a dignidade, a propriedade e outros direitos fundamentais do homem, além de defender a supremacia das leis em relação aos governantes.

Comentário:

O código de Hamurabi , segundo artigo, foi criado por volta de 1700 a.C. pelo rei Khammurabi e teve como objetivos criação de leis baseadas no costume e com o intuito de organizar e administrar a região da Mesopotâmia. De acordo com os textos acadêmicos, as leis trataram das primeiras preocupações com os direitos humanos, pois, teriam sido criadas com o intuito de “proteger” os mais fracos dos mais fortes, instituir a justiça como forma de firmar a segurança e a garantia dos direitos e responsabilidades, além de propiciar o bem-estar do povo. Segundo o código, Hamurabi foi escolhido pelos próprios Deuses, Anu e Bel, o que garantia ao rei total respeito e irrefutabilidade.

Fonte: <https://jus.com.br/artigos/49122/o-codigo-de-hamurabi-e-as-relacoes-com-o-direito-contemporaneo-no-que-concerne-aos-homicidios-e-suas-penas>

Gabarito: Correto.

82) Acerca de direitos humanos, direitos de minorias e movimentos sociais urbanos, julgue o item seguinte.

Conceitualmente, os direitos humanos são os direitos protegidos pela ordem internacional contra as violações e arbitrariedades que um Estado possa cometer às pessoas sujeitas à sua jurisdição. Por sua vez, os direitos fundamentais são afetos à proteção interna dos direitos dos cidadãos, os quais encontram-se positivados nos textos constitucionais contemporâneos.

Comentário:

Os direitos humanos e os direitos fundamentais são conceitos relacionados, mas distintos em sua aplicação e abrangência.

Direitos Humanos: Referem-se aos direitos protegidos pela ordem internacional contra violações e arbitrariedades cometidas por Estados. Após a Segunda Guerra Mundial, com a adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e o desenvolvimento de tratados internacionais, muitos direitos começaram a ser formalmente protegidos no âmbito internacional. Esses direitos são garantidos por instrumentos como convenções e tratados internacionais, e sua proteção é assegurada por organizações internacionais, como a ONU e Corte Interamericana de Direitos Humanos. Eles são universais e aplicáveis a todas as pessoas, independentemente da sua nacionalidade ou jurisdição.

Direitos Fundamentais: Dizem respeito à proteção interna dos direitos dos cidadãos de um Estado, estando positivados em textos constitucionais contemporâneos. São expressamente relacionados ao direito constitucional interno de cada país e refletem a organização e os valores fundamentais de uma sociedade. O constitucionalismo moderno aponta como pilares fundamentais tanto a forma de organização do Estado quanto a proteção dos direitos fundamentais. Esses direitos são, portanto, vinculados à jurisdição nacional e refletem o compromisso do Estado de proteger a dignidade humana e garantir direitos básicos aos seus cidadãos.

Portanto, a afirmação é correta ao destacar que os direitos humanos são aqueles protegidos internacionalmente contra abusos estatais, enquanto os direitos fundamentais referem-se aos direitos garantidos constitucionalmente dentro de um Estado, proporcionando proteção interna aos cidadãos.

Gabarito: Correto.

83) Com relação aos direitos humanos e aos direitos fundamentais, julgue o item a seguir.

A CF contém previsão do princípio da não exaustividade dos direitos fundamentais, na medida em que dispõe que os direitos nela estabelecidos não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, tampouco outros previstos em tratados internacionais dos quais o Brasil seja parte.

Comentário:

A Constituição Federal do Brasil adota o princípio da não exaustividade dos direitos fundamentais. Isso significa que os direitos expressamente previstos no texto constitucional não excluem a possibilidade de existência de outros direitos fundamentais que não estejam listados de forma explícita na Constituição.

Conforme o artigo 5º, § 2º, da Constituição Federal de 1988, "os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte". Dessa forma, além dos direitos expressamente enumerados, outros direitos podem ser reconhecidos com base nos princípios constitucionais, no regime democrático e em tratados internacionais ratificados pelo Brasil.

Esse dispositivo permite uma interpretação ampla e evolutiva dos direitos fundamentais, abrangendo direitos que surgem da evolução da sociedade e da ordem jurídica internacional. Portanto, a afirmação está correta ao destacar que a Constituição Federal prevê o princípio da não exaustividade dos direitos fundamentais.

Gabarito: Correto.

84) Com fundamento nas teorias sobre direitos humanos e na Declaração Universal dos Direitos Humanos, julgue o item que se segue.

Os direitos humanos visam garantir que todas as pessoas sejam sujeitos de direitos em qualquer lugar onde estiverem, o que, todavia, não significa a existência de uma cidadania global no mundo contemporâneo.

Comentário:

A Declaração Universal dos Direitos Humanos faz essa referência de forma explícita no seu art. 6.º. Essa garantia leva a proteções nacionais e internacionais diversas em tempo e extensão e, principalmente, diferenciadas conforme a identidade nacional de cada país, de forma que não é possível afirmar que exista uma cidadania global.

Gabarito: Correto.

85) Julgue o item abaixo:

O Estado não pode eximir-se de sua responsabilidade internacional pela violação de obrigações específicas relacionadas com a proteção do direito à vida e à integridade pessoal por motivos de ordem interna, como a forma federativa do Estado e a conseqüente divisão de competências materiais e legislativas próprias à União e aos Estados-Membros.

Comentário:

O Estado é responsável, em primeiro lugar, pelos atos realizados por seus órgãos de jure. A definição de quem atua em nome do Estado e quem não o faz é determinada pelo Direito Internacional Público, com base nas normas internas do próprio Estado, pois é este que organiza sua estrutura institucional e define seus órgãos. É fundamental compreender que o Estado responde por todas as ações praticadas pelos representantes dos três Poderes — Legislativo, Executivo e Judiciário — independentemente de suas funções ou posições, desde o Presidente da República até um policial ou servidor municipal.

Além disso, o Estado não pode alegar sua responsabilidade por atos cometidos por seus órgãos com base na autonomia institucional, como no caso de tribunais ou de Estados membros em uma federação. O Direito Internacional Público não se preocupa com questões internas do Estado.

Gabarito: Correto.

86) Julgue o item a seguir.

Em relação ao texto expresso da Constituição da República Federativa do Brasil, a dignidade da pessoa humana consiste em direito individual e coletivo.

Comentário:

CF. Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união **indissolúvel** dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como **fundamentos**:

I - a **soberania**;

II - a **cidadania**

III - a **dignidade** da **pessoa humana**;

IV - os **valores sociais do trabalho e da livre iniciativa**;

V - o **pluralismo político**.

Gabarito: Errado.

87) Quanto ao tratamento que o permissivo constitucional brasileiro consagra a direitos e a garantias fundamentais, julgue os itens subsequentes.

O art. 5.º da CF concentra esses direitos e essas garantias. Além disso, a CF conforma norma modelar, que inclui um rol de direitos objetivamente previstos, como o reconhecimento da concessão de asilo a estrangeiros acusados da prática de crimes políticos.

Comentário:

O equívoco do enunciado está em afirmar que o Art. 5º reúne todos os direitos e garantias fundamentais. Na realidade, esses direitos estão distribuídos principalmente entre os Artigos 5º e 17, além de estarem presentes em diversas outras partes da Constituição. Assim, o Art. 5º não é exaustivo, pois não contempla todos os direitos e garantias individuais e coletivos, tampouco a totalidade dos direitos fundamentais.

Gabarito: Errado.

88) A respeito das garantias e dos direitos constitucionalmente previstos, julgue o item a seguir.

Quanto à geração ou à dimensão dos direitos fundamentais, os direitos sociais são considerados de quarta geração ou dimensão.

Comentário:

Direito de segunda geração.

Gabarito: Errado.

89) No que diz respeito aos direitos humanos e à participação social, julgue o item a seguir.

A elaboração de relatório anual sobre a situação dos direitos humanos no Brasil, em diálogo participativo com a sociedade civil, é uma ação programática prevista na diretriz do PNDH-3 denominada integração e ampliação dos sistemas de informação em direitos humanos e construção de mecanismos de avaliação e monitoramento de sua efetivação.

Comentário:

Eixo Orientador I: Interação democrática entre Estado e sociedade civil

Diretriz 2: Fortalecimento dos Direitos Humanos como instrumento transversal das políticas públicas e de interação democrática.

Objetivo estratégico II:

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!!](#)

Monitoramento dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro em matéria de Direitos Humanos.

Ações programáticas:

a) Elaborar relatório anual sobre a situação dos Direitos Humanos no Brasil, em diálogo participativo com a sociedade civil.

Gabarito: Correto.

90) O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) estabeleceu, em 2010, diretrizes, objetivos estratégicos e ações programáticas a serem trilhados nos próximos anos. A respeito desse assunto, julgue o item que se segue.

O PNDH-3 recomenda adequar os serviços de acolhimento aos parâmetros aprovados pelo CONANDA e pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), de modo a eliminar a longa permanência de crianças e adolescentes em situações de abrigo.

Comentário:

Objetivo estratégico III: Proteger e defender os direitos de crianças e adolescentes com maior vulnerabilidade.

Ações programáticas:

f) Extinguir os grandes abrigos e eliminar a longa permanência de crianças e adolescentes em abrigo, adequando os serviços de acolhimento aos parâmetros aprovados pelo Conanda e Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

Gabarito: Correto.

91) No que concerne à violência doméstica e familiar contra a mulher, aos crimes contra a pessoa com deficiência e contra a pessoa idosa e à proteção intelectual ao programa de computação, julgue o item a seguir, com base na legislação específica e na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

O cuidador de um idoso que o abandonar em um shopping center cometerá crime de abandono de pessoa com deficiência estando sujeito à pena de detenção.

Comentário:

O crime de abandono de pessoa idosa (e não de pessoa com deficiência) está previsto na Lei 10.741/03 (Estatuto da Pessoa Idosa) em seu art. 98:

LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003.

Art. 98. Abandonar a pessoa idosa em hospitais, casas de saúde, entidades de longa permanência, ou congêneres, ou não prover suas necessidades básicas, quando obrigado por lei ou mandado: (Redação dada pela Lei nº 14.423, de 2022)

Pena – detenção de 6 (seis) meses a 3 (três) anos e multa.

Gabarito: Errado.

92) Com relação ao que dispõe o Estatuto do Idoso, julgue o item que se segue.

O profissional de saúde só deve fazer notificação compulsória de violência praticada contra idoso se tiver certeza de que se trata de caso confirmado de violação ao Estatuto do Idoso.

Comentário:

LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003.

Art. 19. Os casos de suspeita ou confirmação de violência praticada contra pessoas idosas serão objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde públicos e privados à autoridade sanitária, bem como serão

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!!](#)

obrigatoriamente comunicados por eles a quaisquer dos seguintes órgãos: (Redação dada pela Lei nº 14.423, de 2022)

Gabarito: Errado.

93) Em relação aos direitos humanos na CF e à Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH), também conhecida como Pacto de São José da Costa Rica, julgue o item que se segue.

Segundo os direitos expressamente previstos no Pacto de São José da Costa Rica, a confissão de pessoa acusada de delito só é válida se feita sem coação.

Comentário:

CADH

Artigo 8. Garantias judiciais

3. A confissão do acusado **só é válida se feita sem coação de nenhuma natureza.**

Gabarito: Correto.

94) Julgue os itens que se seguem acerca da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica).

A referida convenção estabelece que somente o casamento, ou a união estável, é o núcleo natural e fundamental da sociedade e deve ser protegido pela sociedade e pelo Estado.

Comentário:

CADH

Artigo 17. Proteção da família

1. A **família** é o elemento **natural e fundamental** da sociedade e deve ser protegida pela sociedade e pelo Estado.

Gabarito: Errado.

95) À luz da Convenção Americana dos Direitos Humanos, julgue o item a seguir.

O direito de recorrer de sentença criminal a juiz ou tribunal superior tem como exceção os casos de competência originária da Suprema Corte de um Estado, pela impossibilidade prática inerente.

Comentário:

CADH

Artigo 8. Garantias judiciais

2. Toda pessoa **acusada de delito** tem direito a que se **presuma sua inocência enquanto não se comprove legalmente sua culpa**. Durante o processo, toda pessoa tem direito, em **plena igualdade**, às seguintes **garantias** mínimas:

h. direito de **recorrer** da sentença para juiz ou tribunal superior. (**Duplo Grau de Jurisdição**)

Gabarito: Errado.

Direito Penal e Processual Penal

96) Julgue o seguinte item, referentes à aplicação da lei penal.

Aplica-se o princípio da extraterritorialidade aos crimes praticados em aeronaves e embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar.

Comentário:

Princípio da Territorialidade Mitigada ou Temperada
A territorialidade não é absoluta , sendo possível a sua não aplicação no caso de convenções, tratados e regras de direito internacional .
- Adotado pelo CP.
- O Território é o espaço que o Estado possui sua soberania política , compreendendo: * Mar Territorial ; * Espaço Aéreo ; * Subsolo ; * Navios e aeronaves públicos, dentro ou fora do Brasil ; * As aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, em alto-mar ou no espaço aéreo.
- A Lei brasileira é aplicada aos crimes cometidos a bordo de aeronaves estrangeiras quando estiverem no espaço aéreo brasileiro ou em pouso no território nacional .
- A Lei penal brasileira é aplicada no caso das embarcações quando estiverem em porto ou mar territorial brasileiro .
CP/40. Art. 5º - Aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional .
§ 1º - Para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada , que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar .
§ 2º - É também aplicável à lei brasileira aos crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada , achando-se aquelas em pouso no território nacional ou em voo no espaço aéreo correspondente , e estas em porto ou mar territorial do Brasil .

Gabarito: Errado.

97) Quanto aos crimes contra o patrimônio, julgue o item a seguir.

Não incide o princípio da insignificância na tipicidade material do delito de furto qualificado por escalada, como, por exemplo, na hipótese de um agente pular um muro de dois metros de altura e então subtrair um carregador de celular.

Comentário:

É o entendimento do STJ em caso semelhante, leia-se abaixo.

"[...] 1. A conduta imputada ao Recorrido – furto de um telefone celular e respectivo carregador, praticado mediante escalada – não se insere na concepção doutrinária e jurisprudencial de crime de bagatela.

2. **No caso do furto, não se pode confundir bem de pequeno valor com o de valor insignificante. “Apenas o segundo, necessariamente, exclui o crime em face da ausência de ofensa ao bem jurídico tutelado, aplicando-se lhe o princípio da insignificância.”** (STJ, REsp 1.239.797/RS, Rel. Min. Laurita Vaz, 5ª Turma, j. 16-10-2012, DJe 23-10-2012).

Gabarito: Correta.

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!!](#)

98) No que diz respeito à aplicação do Direito Penal, julgue o item a seguir.

O dia da prisão do indiciado não é computado para o cálculo da pena, uma vez que as frações de dia devem ser desprezadas.

Comentário:

No Direito Penal, inclui-se no cômputo do prazo o dia do começo (CP, art. 10). Logo, o dia em que tiver início a prática de determinado ato deve ser descontado do período total. Qualquer que seja a fração do dia do começo, deve ser computada integralmente, como um dia inteiro.

Isso porque, como diz o Código Penal, o dia do começo inclui-se no cômputo do prazo.

Prazo Penal (CP. Art.10)	O dia do começo inclui-se no cômputo do prazo
Prazo Processual (CPP/41. Art. 798, §1º)	Não se computará no prazo o dia do começo, incluindo-se, porém, o do vencimento.

Contagem de prazo

Art. 10 - O dia do começo inclui-se no cômputo do prazo. Contam-se os dias, os meses e os anos pelo calendário comum.

Gabarito: Errado.

99) Em relação a aspectos do direito penal, julgue o item que se segue.

No Código Penal, adota-se o critério biopsicológico no tocante aos menores de 18 anos de idade.

Comentário:

Inimputabilidade – Menor de 18 Anos
- Critério biológico e Taxativo;
- CP/40, Art. 27 - Os menores de 18 (dezoito) anos são penalmente inimputáveis , ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial .
Segundo Fernando Capez “ a capacidade do menor, tratada pelo Código de Processo Penal, não se confunde com a civil, motivo pelo qual a emancipação em nada altera a situação”.

Gabarito: Errado.

100) Considerando que um cidadão penalmente imputável tenha praticado um crime sob coação irresistível de terceiro, julgue o item subsequente, à luz do entendimento doutrinário quanto ao fato típico e seus elementos, à culpabilidade e suas respectivas causas excludentes.

Caso se trate de coação irresistível tanto moral quanto física, excluir-se-ão a ilicitude da conduta do cidadão coagido e a sua culpabilidade.

Comentário:

Coação Moral Irresistível X Coação Física Irresistível
- A coação moral irresistível exclui a culpabilidade , pois o agente possui vontade, embora seja viciada , já a coação física irresistível exclui a tipicidade , pois o agente atua sem vontade e não controla seus movimentos .
- Coação Moral Irresistível: Exclui a Culpabilidade.
- Coação Física Irresistível: Exclui a tipicidade.

Gabarito: Errado.

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!!](#)

101) Alberto, com mais de dezoito anos de idade, praticou crime de lesão corporal de natureza grave contra Bruno, seu inimigo. Alberto foi processado criminalmente, tendo sido comprovado que, ao tempo da conduta criminosa, ele era pessoa com doença mental, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, o que determinou a sua absolvição.

Considerando a situação hipotética apresentada, julgue os itens subsequentes.

Para a absolvição de Alberto bastaria a este ser, ao tempo do processo, inteiramente incapaz de compreender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

Comentário:

A afirmação está errada. Para a absolvição de Alberto com base na inimizabilidade decorrente de doença mental, não basta apenas que ele seja incapaz de compreender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento ao tempo do processo. É necessário que a incapacidade mental existisse no momento da conduta criminosa, ou seja, quando Alberto praticou o crime contra Bruno.

No caso apresentado, para que Alberto fosse considerado inimputável e absolvido do crime de lesão corporal grave, seria necessário comprovar que ele era inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento no momento da prática do crime. Se essa condição não estivesse presente no momento da conduta criminosa, mesmo que Alberto estivesse incapaz durante o processo, isso não seria suficiente para sua absolvição com base na inimimizabilidade.

Portanto, **a inimimizabilidade decorrente de doença mental deve ser analisada levando em consideração o estado mental do agente no momento da conduta criminosa, não apenas no momento do processo.**

Gabarito: Errado.

102) No tocante à disciplina do direito penal, julgue o item a seguir.

Incidindo o agente em erro sobre a proibição de sua conduta pelo ordenamento jurídico, sem consciência da ilicitude, seu comportamento estará isento de pena, em razão de uma excludente de punibilidade.

Comentário:

A doutrina elenca 3 PRESSUPOSTOS (requisitos) para que uma conduta seja CULPÁVEL (preste atenção, estamos falando em CULPABILIDADE):

IMPUTABILIDADE - que o agente seja imputável;

POTENCIAL CONSCIÊNCIA DA ILICITUDE - que o agente tenha consciência da ilicitude de sua conduta;

EXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA - que seja exigível do agente uma conduta diversa da praticada.

Erro sobre a ilicitude do fato

CP. Art. 21 - O desconhecimento da lei é inescusável. O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena; se evitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço.

Parágrafo único - Considera-se evitável o erro se o agente atua ou se omite sem a consciência da ilicitude do fato, quando lhe era possível, nas circunstâncias, ter ou atingir essa consciência.

No erro de proibição a pessoa não tem CONSCIÊNCIA da ILICITUDE da conduta. Se o erro sobre a ilicitude do fato é:

INEVITÁVEL (escusável) = ISENTA a pena - EXCLUDENTE DE CULPABILIDADE.

EVITÁVEL (inescusável) = DIMINUI a pena de 1/6 a 1/3.

Assim, incidindo o agente em erro sobre a proibição de sua conduta pelo ordenamento jurídico, sem consciência da ilicitude, seu comportamento estará isento de pena, apenas se tal erro for inevitável. E não em todos os casos de erro de proibição. Esse é o primeiro erro da questão.

Caso realmente o erro de proibição ocorra de forma inevitável, haverá uma excludente de CULPABILIDADE, e não de punibilidade. O segundo erro da questão.

Gabarito: Errado.

103) Com referência aos crimes contra a vida, sabe-se que alguns são tipificações do descrito como homicídio, no artigo 121 do Código Penal, e que outros estão descritos em artigos próprios, também nesse ordenamento jurídico. Com base no conhecimento da legislação, julgue o item a seguir.

O crime de aborto qualificado prevê o aumento da pena em caso de lesão corporal grave ou morte da mãe em consequências de aborto.

Comentário:

Aborto – Aumento da Pena – CP/40. Art. 127.

Art. 127 - As **penas** cominadas nos **dois artigos anteriores** são **aumentadas de um terço**, se, em consequência do aborto ou dos meios empregados para provocá-lo, a **gestante sofre lesão corporal de natureza grave**; e **são duplicadas**, se, por **qualquer dessas causas**, lhe sobrevém a **morte**.

Caso o **sujeito ativo** possua a **intenção de lesionar** a mãe e em consequência disso, **por culpa**, ocasiona o **aborto**, o **crime tipificado** será o de **lesão corporal gravíssima**, conforme o CP/40. Art. 129. §2º, V.

Gabarito: Correto.

104) À luz da legislação penal e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, julgue o item que se segue.

Suponha-se que, na ocasião de ato ilícito consistente na subtração de bem alheio, a vítima, portadora de doença cardíaca, tenha falecido devido ao estresse desencadeado pela violência empregada pelo agente do crime. Nessa situação, ainda que a doença cardíaca da vítima configure concausa preexistente relativamente independente, não se afasta o nexo de causalidade em relação ao resultado mais grave (morte), e o agente do crime deverá responder por latrocínio.

Comentário:

STJ/HC 704.718-SP

No caso, o laudo pericial não atestou que a morte tenha sido causada exclusivamente pela doença cardíaca preexistente da vítima.

Ao contrário, consignou-se que o infarto "pode ter sido ajudado pelo stress sofrido na data do óbito, pois há sinais de violência e tortura encontrados no exame" - o que evidencia que a vítima apenas veio a falecer, exatamente, durante o crime praticado pelos Pacientes, que a agrediram severamente. Considerando que a doença cardíaca, in casu, é concausa preexistente relativamente independente, não há como afastar o resultado mais grave (morte) e, por consequência, a imputação de latrocínio.

Gabarito: Correto.

105) Acerca dos crimes patrimoniais, julgue o item seguinte.

Não há crime de latrocínio quando a vítima reage ao roubo e mata um dos comparsas do crime.

Comentário:

"Não haverá latrocínio, por sua vez, quando a própria vítima reage e mata um dos assaltantes".

Fonte: <https://canalcienciascriminais.jusbrasil.com.br/artigos/760616214/latrocinio-ou-roubo-a-subtracao-de-bem-movel-alheio-e-a-morte-do-comparsa>

Gabarito: Certo.

106) Acerca dos crimes contra a fé pública, julgue o item a seguir.

Pratica o crime de moeda falsa aquele que, grosseiramente, falsifica papel-moeda em curso legal no país e com ele efetua compras no comércio, obtendo vantagem indevida em prejuízo de terceiros.

Comentário:

STJ/Súmula 73

A utilização de papel moeda **grosseiramente falsificado** configura, em tese, o **crime de estelionato**, da competência da **Justiça Estadual**.

Gabarito: Errado.

107) Com relação aos crimes contra a fé pública, julgue o item que se seguem.

O crime de moeda falsa é incompatível com o instituto do arrependimento posterior.

Comentário:

STJ/REsp 1.242.294/PR

"[...] 1. No crime de moeda falsa – cuja consumação se dá com a falsificação da moeda, sendo irrelevante eventual dano patrimonial imposto a terceiros – a vítima é a coletividade como um todo e o bem jurídico tutelado é a fé pública, que não é passível de reparação.
2. **Os crimes contra a fé pública, assim como nos demais crimes não patrimoniais em geral, são incompatíveis com o instituto do arrependimento posterior, dada a impossibilidade material de haver reparação do dano causado ou a restituição da coisa subtraída.**"

Gabarito: Correto.

108) Em relação à aplicação da lei penal, ao tempo e lugar do crime, aos crimes contra o patrimônio e aos crimes contra a administração pública, julgue o item seguinte.

Um agente público estadual que, no exercício de suas funções e em razão delas, exige vantagem de um particular, visando beneficiar outra pessoa, pratica o crime de corrupção passiva.

Comentário:

A conduta descrita ao crime de receptação qualificada, previsto no artigo 180, § 1º, do Código Penal, a saber:

Receptação qualificada

Art. 180. § 1º - Adquirir, receber, transportar, conduzir, ocultar, ter em depósito, desmontar, montar, remontar, vender, expor à venda, ou de qualquer forma utilizar, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, coisa que deve saber ser produto de crime:

(...)

Gabarito: Errado.

109) Considerando os crimes contra a administração pública, julgue o item subsecutivo.

O crime de condescendência criminosa é classificado como omissivo próprio, unissubsistente, portanto não se admite modalidade culposa nem tentativa para esse crime.

Comentário:

Condescendência criminosa

CP/40. Art. 320 - **Deixar o funcionário**, por indulgência (**Sentimento de pena**), de **responsabilizar subordinado** que cometeu **infração** no exercício do cargo ou, quando lhe **falte competência**, **não levar o fato ao conhecimento da autoridade** competente:

Pena - **detenção**, de **quinze dias a um mês**, ou multa.

Caso o funcionário **deixe de responsabilizar o subordinado** por **negligência ou medo**, sem nenhum sentimento de pena, a o **crime passa a ser** o de **prevaricação** ou **corrupção passiva privilegiada**.

Não é possível a **tentativa**, pois é um crime **omissivo puro**.

Gabarito: Correto.

110) No que se refere aos crimes contra a administração pública, julgue o próximo item.

O crime de facilitação de contrabando e descaminho se consuma com a efetiva facilitação, não sendo necessária a consumação do contrabando ou descaminho.

Comentário:

Facilitação de contrabando ou descaminho

Art. 318 - Facilitar, com infração de dever funcional, a prática de contrabando ou descaminho

STF/ARE 1.162.384/SP

"[...] 10. O crime de facilitação de contrabando ou descaminho consubstancia delito de mera conduta, em que a simples violação do dever funcional já o configura, independentemente da consumação do delito de contrabando ou descaminho, restando desnecessária a apreensão das mercadorias."

A consumação do delito de facilitação de contrabando ou descaminho (CP, Art. 318) se dá no instante em que o funcionário público efetivamente facilita o contrabando ou descaminho (crime formal), pouco importando se a outra pessoa alcança o almejado êxito em sua empreitada criminoso (contrabando ou descaminho).

Gabarito: Correto.

111) Delegacia de polícia do município X recebeu denúncia anônima de possível desvio de verbas públicas por servidores públicos municipais que estariam envolvidos em esquema de corrupção para desviar, para benefício pessoal, fundos destinados a projetos de infraestrutura.

A partir dessa situação hipotética, julgue o item que se segue.

No curso do inquérito policial, os indiciados poderão requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade.

Comentário:

CPP/41. Art. 14. O **ofendido**, ou seu **representante legal**, e o **indiciado** poderão **requerer qualquer diligência**, que será realizada, **ou não**, a **juízo da autoridade**.

Gabarito: Correto.

112) Com relação ao processo penal brasileiro, julgue o item seguinte.

No inquérito policial, a autoridade policial tem discricionariedade para aplicar as diligências que entender necessárias ao caso concreto, não se vinculando ao pedido das partes.

Comentário:

CPP/41. Art. 14. O **ofendido**, ou seu **representante legal**, e o **indiciado** poderão **requerer qualquer diligência**, **que será realizada**, **ou não**, a **juízo da autoridade**.

Gabarito: Correto.

113) Acerca do inquérito policial, julgue o item subsequente.

O inquérito policial pode ser dispensado com base em elementos colhidos em inquérito civil instaurado para apurar ilícitos administrativos.

Comentário:

O Inquérito Policial é uma **Peça Dispensável**, conforme o CPP Art. 39. §5º.

CPP/41. Art.39. § 5º. O órgão do Ministério Público **dispensará o inquérito**, se com a representação forem oferecidos elementos que o habilitem a promover a ação penal, e, neste caso, oferecerá a denúncia no prazo de quinze dias.

Gabarito: Correto.

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!!](#)

114) Com a prisão em flagrante do autuado, foi instaurado inquérito pela Polícia Civil do Estado do Ceará para investigar crime de ação penal pública previsto no Código Penal e punido com pena de reclusão. A vítima reconheceu o preso, e este permaneceu calado. Concluídas as diligências, o delegado elaborou o relatório final.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item a seguir.

Com o autuado preso, o inquérito policial deve ser concluído no prazo de quinze dias, prorrogáveis por igual período em caso de necessidade devidamente justificada.

Comentário:

CPP/41. Art. 10. O inquérito deverá **terminar no prazo de 10 dias**, se o indiciado **tiver sido preso em flagrante**, ou **estiver preso preventivamente**, contado o prazo, nesta hipótese, a **partir do dia** em que se **executar a ordem de prisão**, ou no prazo de **30 dias**, quando **estiver solto, mediante fiança ou sem ela**.

Finalização do Inquérito Policial - Prazos	
CPP	10 dias , se o indiciado estiver preso em flagrante , prorrogável por mais 15 dias ; 30 dias , se o indiciado estiver solto mediante fiança ou sem ela .
Justiça Federal	15 dias , se o indiciado estiver preso em flagrante , prorrogável por mais 15 dias ; 30 dias , se o indiciado estiver solto ;
Lei de Drogas	30 dias , se o indiciado estiver preso em flagrante , prorrogável por mais 30 dias ; 90 dias , se o indiciado estiver solto , prorrogável por mais 90 dias ;
Economia Popular	10 dias , se o indiciado estiver preso ; 10 dias , se o indiciado estiver solto ;
Crimes Militares	20 dias , se o indiciado estiver preso ; 40 dias , se o indiciado estiver solto , prorrogável por mais 20 dias ;

Gabarito: Errado.

115) Ainda acerca do processo penal brasileiro, julgue o item que se segue.

Sempre serão declaradas nulas as provas derivadas das ilícitas, em razão de preceito constitucional.

Comentário:

CPP/41. Art. 157. São **inadmissíveis**, devendo ser **desentranhadas** do processo, as **provas ilícitas**, assim entendidas as obtidas em **violação** a normas **constitucionais ou legais**.

§ 1º São também **inadmissíveis** as provas derivadas das ilícitas, **salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras**, ou quando as **derivadas** puderem ser obtidas **por uma fonte independente das primeiras**.

Gabarito: Errado.

116) Em relação ao processo penal e ao que dispõe o Código de Processo Penal, julgue o item a seguir.

A vítima que, intimada para ser ouvida, deixar de comparecer sem motivo justo, não poderá ser conduzida compulsoriamente à presença do juiz.

Comentário:

CPP/41. Art. 201. **Sempre que possível**, o **ofendido** será qualificado e perguntado sobre as circunstâncias da infração, quem seja ou presuma ser o seu autor, as **provas que possa indicar**, tomando-se por termo as suas declarações.

§ 1º Se, intimado para esse fim, **deixar de comparecer sem motivo justo**, **o ofendido poderá ser conduzido à presença da autoridade**.

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!!](#)

Gabarito: Errado.

117) Com base nas disposições do Código de Processo Penal (CPP) acerca de provas, julgue o seguinte item.

Durante a instrução processual, é admissível que o juiz, de ofício, determine a realização de diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante da causa.

Comentário:

CPP/41. Art. 156. A **prova da alegação incumbirá a quem a fizer** (ônus da prova), sendo, porém, **facultado ao juiz de ofício:**

II – determinar, **no curso da instrução**, ou **antes de proferir sentença**, a realização de **diligências** para dirimir **dúvida sobre ponto relevante**.

Gabarito: Correto.

118) No que se refere a noções de segurança pública, julgue o item a seguir.

Qualquer do povo pode prender uma pessoa que esteja cometendo um assalto e em flagrante delito.

Comentário:

CPP/41. Art. 301. Qualquer do povo **poderá (Sujeito Ativo Facultativo)** e as **autoridades policiais** e seus **agentes deverão (Sujeito Ativo Obrigatório)** prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito.

Gabarito: Correto.

119) Acerca das prisões do direito processual penal brasileiro, julgue o item que se segue.

Decorrido o prazo do mandado de prisão temporária sem renovação, a autoridade responsável pela custódia deverá, independentemente de alvará de soltura, colocar imediatamente o preso em liberdade.

Comentário:

Lei nº 7.960/1989. Art. 2º A prisão temporária será decretada pelo Juiz, em face da representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público, e terá o prazo de 5 (cinco) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

§ 7º Decorrido o prazo contido no mandado de prisão, a autoridade responsável pela custódia deverá, independentemente de nova ordem da autoridade judicial, pôr imediatamente o preso em liberdade, salvo se já tiver sido comunicada da prorrogação da prisão temporária ou da decretação da prisão preventiva.

Gabarito: Correto.

120) Em relação a prisões, medidas cautelares e habeas corpus, julgue o item a seguir.

A liberdade provisória com fiança não é admitida nos crimes dolosos punidos com pena máxima privativa de liberdade superior a quatro anos.

Comentário:

CPP/41. Art. 322. A **autoridade policial somente** poderá **conceder fiança** nos casos de infração cuja pena **privativa de liberdade máxima não seja superior a 4 anos**.

Parágrafo único. Nos **demais casos**, a **fiança** será requerida ao **juiz**, que **decidirá em 48 horas**.

Fiança	
Fiança é uma garantia real , consistente no pagamento em dinheiro ou na entrega de valores ao Estado, para assegurar o direito de permanecer em liberdade no transcurso de um processo criminal .	
Concessão pela Autoridade Policial	Concessão pelo Juiz
Pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 4 anos .	Pena superior a 4 anos. Decidirá em 48 horas .

Gabarito: Errado.